

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

A EPIDEMIA DA VARÍOLA E A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA – REPERCUSSÕES
NA SOCIEDADE RECIFENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Denise Brito Monteiro

RECIFE
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

A EPIDEMIA DA VARÍOLA E A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA – REPERCUSSÕES
NA SOCIEDADE RECIFENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Denise Brito Monteiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Carlos Alberto Cunha Miranda.

RECIFE

2005

Monteiro, Denise Brito

A epidemia da varíola e a vacinação obrigatória - repercussões na sociedade recifense no início do século XX / Denise Brito Monteiro. - Recife: O Autor, 2005.

121 folhas: il., fig., tab., planta, fotos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, História, 2005.

Inclui bibliografia.

1. História – Saúde pública. 2. Vacinação antivariólica - Instituto Vacinogênico do Recife – Histórico. 3. Rio de Janeiro – Reforma urbana – Revolta da Vacina – Repercussão na imprensa recifense. 4. Epidemia de varíola no Recife – Saneamento – Arruaças (Quebra-Lampiões) – Ideal republicano, I. Título.

**981.34
981.613**

**CDU(2.ed.)
CDD(22.ed.)**

**UFPE
BC2005-200**



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA DENISE BRITO MONTEIRO

Às 09:00 h do dia 11 (onze) de maio de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Denise Brito Monteiro**, intitulada "**A Epidemia de Varíola e a Vacinação Obrigatória – Repercussões na Sociedade Recifense no Início do Século XX**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO COM DISTINÇÃO**" em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Carlos Alberto Cunha Miranda (Orientador), Roberto José Vieira de Mello, Christine Paullete Yves Rufino Dabat. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Agente em Administração Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

Recife, 11 de Maio de 2005.

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Prof. Dr. Roberto José Vieira de Mello

Profª. Drª. Christine Paullete Yves Rufino Dabat

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Marta Lopes Gomes

AGRADECIMENTOS

A confecção de uma Dissertação requer ajuda de muitos que nos dão apoio logístico, intelectual e afetivo.

Meu pai e minha mãe sempre me incentivaram aos estudos. Grata sou a eles. Hoje compartilho com meu querido filho Gabriel a idéia de que poucas coisas nós levamos deste mundo, entre elas o aprimoramento espiritual e o intelectual.

Ao Cel. Mesquita, só tenho a dizer muito obrigada, pela liberação da carga pedagógica no CMR, pelo incentivo à continuação dos estudos e pela amizade sincera.

Agradeço ao meu orientador, Carlos Miranda, a confiança depositada em mim desde o processo de seleção até o término desse trabalho. Sinceridade, amizade, elogios e observações críticas são as marcas de sua competência.

Agradecimentos especiais ao meu amigo Adriano pela paciência que teve comigo nos momentos de angústia.

Agradeço aos meus professores Mac Hoffnagl, Socorro Ferraz, Antônio Montenegro, Lourival Holanda, Ana Maria e Silvana Brandão pelo aprimoramento historiográfico.

Aos profissionais do Arquivo Público do Estado de Pernambuco e do setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco pela dedicação e presteza para comigo e por serem verdadeiros guardiões da memória social do nosso Estado.

Por fim, aos colegas professores de Português, Leonice, Karla, Dilza, Silvia e Paulo pela revisão lingüística, semântica e gramatical, desde o projeto até a redação final do trabalho.

Para meus pais Valdecy Brito, em memória,
e Ivone Barros, exemplos de dignidade. E a
meu amor Gabrielzinho.

RESUMO

O foco deste trabalho é o Recife dos primeiros anos do século XX e as repercussões da obrigatoriedade da vacina nesta capital, especialmente no governo do Desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, com suas reformas urbanas e sanitárias, que tiveram como exemplo o Rio de Janeiro, então modelo para as demais cidades do Brasil. O Rio da Belle Époque e, principalmente, das reformas sanitárias que levaram ao maior motim urbano da história do país, A Revolta da Vacina. O estudo procurou respostas para as seguintes indagações: como chegavam as notícias da Revolta ao Recife e qual a sua recepção entre os moradores da capital pernambucana? Sendo Nacional, a lei que regulava a obrigatoriedade da vacina, como os recifenses receberam essa notícia? Qual o impacto que a lei causou sobre a comunidade dessa capital? Considerando que o Rio recepcionou esse projeto com um motim urbano, o Recife, por também ser um centro econômico relevante no país e envolvido politicamente com os acontecimentos nacionais, teria apresentado resistências à mesma lei? Se existiram conflitos no Recife, como ocorreram? Que setor ou setores da sociedade deles tomaram parte? Como a imprensa pernambucana noticiou aos leitores os acontecimentos locais? Quais as providências tomadas pelas autoridades? Que modelo de república era defendido no auge do movimento?

Como diria Certeau, *“O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”* e é sobre essa ótica, a da invenção do cotidiano, que analiso a repercussão da Revolta da Vacina no Recife. Faço isso através de um olhar que se fixa nos atalhos, nos desvios, nas relações sociais, nos discursos para então estabelecer os sentidos.

Abstract

The main focus of this study is the city of Recife in the early years of the 20th century and the repercussions of the obligation of vaccine taking in this capital, especially relating to the government of the Chief Judge Sigismundo Antônio Gonçalves and his urban and sanitary reforms. Such reforms were mirrored in the ones introduced in Rio de Janeiro, which was then a role model for the other cities in Brazil. The Rio from the Belle Époque and, most of all, from the sanitary reforms which led to the biggest urban uproar in the history of the country: The Vaccine Riot. This study has searched for answers to the following questions: How did the news from The Riot come to Recife? And how did the residents from the capital city of Pernambuco perceive the news? As the rule for compulsory vaccine taking was to be obeyed in national scale, how did the Pernambuco residents receive such news? Which impact did this law have on the people in this city?

Considering that Rio welcomed this project with an urban uproar, would Recife, then also economically relevant and politically involved in all national happenings, have demonstrated equal resistance to the same law? If there were conflicts, how did they occur? Which sectors of society took part in them? How did the Press in Pernambuco inform the readers about the local happenings? Which actions were taken by the authorities? Which model of Republic was defended during the peak of the movement?

As Certeau would put it, "Everyday life is reinvented with a thousand ways of unauthorized hunting". And it is through this view, the reinvention of everyday life, that I will analyse the repercussions of The Vaccine Riot in Recife. I will do so by focussing closely on the shortcuts, on the deviations, on the social relations, and on the speeches so as to help make sense of all this.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Pág 09
CAPÍTULO I. OS PRIMÓRDIOS DA VACINA ANTIVARIÓLICA NO RECIFE	11
1.1. A Era Bacteriológica	11
1.2 Variolização e vacinação no começo do século XX	16
1.3. O Instituto Vacinogênico do Recife	30
CAPÍTULO II. A REVOLTA DA VACINA E A SUA REPERCUSSÃO NA IMPRENSA RECIFENSE	47
2.1 A reforma urbana no Rio de Janeiro	47
2.2 A Revolta da Vacina	59
2.3 Os acontecimentos do Rio: repercussão na imprensa recifense	67
CAPÍTULO III. A OBRIGATORIEDADE DA VACINA E AS ARRUAÇAS NO RECIFE DE 1904	80
3.1 Recife do início do século XX	80
3.2 A epidemia da varíola no Recife – 1904	85
3.3 O saneamento da cidade do Recife: dificuldades	92
3.3 Arruaças no Recife de 1904: Os Quebra-Lampiões	95
3.4 O outro lado das arruaças: a idéia de República como possibilidades	105
CONCLUSÃO	114
FONTES	115
BIBLIOGRAFIA	116

INTRODUÇÃO

A minha paixão pela História da Medicina nasceu no transcorrer do “Curso de Especialização em História de Pernambuco”, em 1998. Foi nos encontros semanais desse Curso de Especialização, em particular no módulo oferecido pelo Prof. Carlos Miranda, que me surgiu a idéia de escrever sobre as repercussões da “Revolta da Vacina” no Recife. Contudo essa idéia teve de ser maturada mais um pouco, sendo desenvolvida no Mestrado. O término da Especialização contou com um outro objeto de pesquisa: um estudo apurado das condições de higiene pública na cidade do Recife no século XIX, correlacionando as questões sanitárias ao ‘projeto urbanístico’ e estes à legislação vigente. Para isso, fez-se necessário pesquisar a administração lusa no Brasil Colônia e particularmente toda a administração do Brasil Império, o que veio facilitar muito o projeto do Mestrado.

A pesquisa que ora apresento não é uma análise comparativa entre o Recife e o Rio de Janeiro. A proposta está bem explícita no título do trabalho: um estudo das repercussões/impactos da obrigatoriedade da vacina sobre a sociedade recifense. O foco central é o Recife dos primeiros anos do século XX com suas reformas urbanas e sanitaristas. Alguns paralelos são traçados com o Rio de Janeiro, como não poderia deixar de ser, já que o Rio servia de modelo no que diz respeito a reformas urbanas e sanitárias para as demais capitais do Brasil.

O processo construtivo dessa dissertação foi fruto de um estudo da documentação impressa, os periódicos da época: Jornal do Recife, Jornal Pequeno, A Província e o Diário de Pernambuco; bem como de uma vasta documentação manuscrita pesquisada no Arquivo Público Estadual. Foi a partir do

que a documentação ofereceu que o cenário historiográfico se constituiu e os significantes com seus significados tomaram forma.

O primeiro capítulo situa o leitor nas mudanças advindas com a Revolução Científico-Tecnológica, em particular a Era Bacteriológica. Conta a história da varíola no mundo e sua entrada no Brasil, bem como o estudo do combate a essa enfermidade através da evolução da vacina. Analisa as epidemias de varíola no Recife, a prevenção a elas e combate até a criação do Instituto Vacinogênico, em 1896.

No segundo capítulo, insere-se o Brasil nas transformações modernizantes globais, enfocando-se a reforma urbana carioca sem perder de vista tais contextos. São as transformações no campo sanitário e urbano no Rio de Janeiro que vão interferir substancialmente na vida da população carioca e fundamentalmente da multidão heterogênea que trabalhava e habitava o centro da cidade. Em meio ao ordenamento e disciplinamento da capital brasileira, surge a “Revolta da Vacina”, centrada em dois focos de ação: o motim popular contra o despotismo estatal e a insurreição militar. É analisada ainda nesse capítulo a repercussão do motim urbano carioca na imprensa recifense.

O capítulo terceiro e último trata do Recife no início do século XX que, à semelhança do Rio, vive um momento ímpar de sua história, sente a necessidade de remodelação urbana, de aformosear-se, bem como minimizar os problemas de ordem sanitária. Trata, ainda, das arruaças ocorridas na capital pernambucana, dos quebra-lampiões, provenientes da não aceitação da vacinação obrigatória. Relata, também, o discurso que pairou naquele momento histórico: o fim da república corrompida pela república ideal, da ordem e do progresso.

CAPÍTULO 1. Os primórdios da vacina antivariólica no Recife

1.1. A Era Bacteriológica

Um breve estudo sobre as mudanças modernizantes no mundo, embaladas pela Revolução Industrial, dirigiu o olhar mais diretamente para o momento seguinte da expansão da economia industrial, a chamada Segunda Revolução Industrial ou Revolução Científico-Tecnológica nos meados do século XIX. Isso por não ser simplesmente essa Revolução um desdobramento da 1ª Revolução Industrial, como a representação tanto em termos qualitativos quanto quantitativos à primeira manifestação da economia mecanizada, mas por possibilitar, por meio das descobertas científicas, os processos produtivos e os novos potenciais energéticos,

“[...]como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial [...] além de desenvolvimentos nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida”¹.

¹SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso**. In: NOVAIS, Fernando A. (organizador-geral da coleção), SEVCENKO, Nicolau, (organizador do volume). *História da vida privada no Brasil v.3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.9.

É no final do século XIX que a bacteriologia toma corpo, devido à ineficiência da teoria miasmática. Essa teoria dizia que as emanções fétidas e pútridas conhecidas como miasmas são transmitidas através da água e do ar. Dentro da teoria dos micróbios, são os microorganismos específicos que causam doenças contagiosas e não os miasmas químicos. As investigações de Pasteur e de outros estudiosos já relacionavam os micróbios às doenças. Mas somente com a invenção de técnicas capazes de estabelecer o controle dos experimentos, isolamento e manuseio de organismos microscópicos, foi possível clarear a relação entre microorganismo e doença. Os estudos de Ferdinand Cohn, botânico da Universidade de Breslau, foram decisivos para o estabelecimento da bacteriologia como ciência por estabelecer a identidade das bactérias com as plantas, isto é, por reconhecer as bactérias como de natureza vegetal, classificando-as segundo gêneros e espécies. Em seus critérios taxonômicos, *“reconheceu ser a morfologia, isolada, uma base imprópria, pois organismos de morfologia similar poderiam diferir muito, uns dos outros, em suas características fisiológicas”*.² Joseph Schroter, aluno e colaborador de Cohn, estudando a produção de pigmentos pelas bactérias, desenvolveu a técnica de fazer crescer os microorganismos, utilizando meio sólido como albumina de ovo, massa de farinha, batata, encontrando colônias específicas e pigmentadas. As bactérias se diferenciavam de colônia para colônia sem se misturarem. Mas faltava a comprovação da origem microbiana da doença. Foi com Robert Koch que veio o reconhecimento. Usando camundongos, inoculou-os com sangue de gado enfermo e encontrou organismos em forma de bastões. Reproduziu a experiência

² ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, Unesp, Abrasco, 1994, p.242.

em uma série de camundongos, comprovando ser a doença transmissível e reproduzível. Com o tempo, conhecimento e técnica tinham chegado a um terreno sólido e o avanço no campo bacteriológico levou a duas linhas de pesquisas. Uma encabeçada por Koch e outros pesquisadores, desenvolvendo técnicas para o cultivo e o estudo de bactérias e a outra corrente, tendo à frente Pasteur e outros estudiosos, dirigindo o olhar para os mecanismos da infecção e de como prevenir e tratar as doenças contagiosas.

“E assim, entre 1880 e 1888, [Pasteur] começou a investigar essas modificações. Seguindo o raciocínio usado na vacinação jenneriana, ele concebeu a idéia de prevenir doenças infecciosas por meio de vacinas preparadas a partir de cepas atenuadas. [...] Essas pesquisas levaram ao desenvolvimento da Imunologia e viriam a ter, no início do século XX, um impacto profundo e prático sobre a criação de um programa científico de Saúde Pública”.³

O Brasil do final do século XIX viveu um surto econômico proveniente da lavoura cafeeira e do crescente comércio internacional. Parte da riqueza gerada desse surto foi empregada em institutos de pesquisa. É o caso de São Paulo, com o Instituto Butantã, e do Rio de Janeiro, com o Instituto Soroterápico Federal, ambos criados em 1899. Sobre isso diz Paul Singer:

³ ROSEN. Op. cit., p.246.

“No campo da medicina, ocorreu a importação e desenvolvimento de novas técnicas de combate às doenças, conforme as descobertas recentes no campo da bacteriologia, que foram quase que imediatamente incorporadas às atividades e expansão da atividade econômica, para melhor fixação da mão de obra importada e para o próprio desenvolvimento técnico-científico do estado e do país”.⁴

Com o advento da República, a organização dos serviços de saúde no país ficou estabelecida na Constituição de 1891. Coube aos Estados a provisão com a saúde pública e à União a responsabilidade de estudar as doenças, sua profilaxia, fiscalização do exercício da medicina e farmácia, a saúde dos portos, a defesa da disseminação de moléstias contagiosas na Capital Federal e a estatística sanitária.

O conhecimento médico-higienista no Brasil, bastante influenciado pela teoria médica francesa, a ser trabalhada mais adiante, segue o modelo francês de eliminação dos focos considerados insanos na cidade. *“Portanto, a teoria dos miasmas, assim como a teoria pasteuriana dos germes informam as campanhas de eliminação das favelas e cortiços, que os especialistas passam a defender”*.⁵

O novo dinamismo trazido pela Segunda Revolução Industrial, no contexto da economia internacional, estimula as mudanças. Essas transformações irão afetar: a ordem e as hierarquias sociais; as noções de tempo e espaço; o modo de perceber os objetos ao seu redor; os hábitos cotidianos, convenções, reflexos

⁴ SINGER, Paul. **Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1988, p.105.

⁵ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.169.

instintivos e uma entrada meio que alucinante e perturbadora de novos equipamentos e produtos no cotidiano das grandes cidades modernas.

As transformações geradas no século XIX, em particular no campo da teoria bacteriana da doença, fizeram surgir a “medicina científica”, provocando impacto nas práticas médicas e sanitárias. O Brasil não poderia fugir a esse contexto. Paul Singer divide com bastante acuidade a evolução da saúde no Brasil em três períodos: 1) o estado de saúde da população; 2) a organização dos serviços de saúde e 3) a evolução dos conhecimentos médico-sanitários. O primeiro período foi marcado pela predominância de moléstias contagiosas, principalmente a varíola e a febre amarela, e por uma organização precária dos serviços de saúde localizados, na sua maioria, no Rio de Janeiro com uma prática médica baseada em conhecimentos empíricos. O momento seguinte, em comum acordo com a Constituição de 1891, caracterizou-se pelo fato de a atribuição dos serviços de higiene ser entregue à Municipalidade e aos Estados, cabendo à União reunir os serviços marítimos e terrestres em um só órgão, que ficou conhecido como Diretoria Geral de Saúde Pública. A falta de clareza administrativa entre os órgãos federais e estaduais criou um mal-estar nas relações hierárquicas e de poder, com atribuições e áreas de atuação se superpondo e sem delimitação de fronteiras. O terceiro e último momento foi marcado pela evolução dos conhecimentos médicos através das faculdades de medicina e pelos institutos de pesquisa.

No início do século XIX, havia no Brasil a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio e a Escola de Cirurgia na Bahia, ambas fundadas no ano de 1808 e transformadas em faculdades em 1832. Os estatutos dessas instituições seguiam o modelo da Faculdade de Medicina de Paris. A partir disso, inaugura-se uma

nova fase da medicina brasileira, a do fortalecimento da classe médica e da institucionalização do ensino.⁶ Ao final desse século, havia no país três escolas de medicina, mas chegou, no ano de 1920, a evoluir para nove instituições de ensino, contudo essa fase foi marcada pela atuação dos institutos de pesquisas. Tomo como exemplo o Instituto Bacteriológico de São Paulo (1892). Sob o comando de Adolfo Lutz, o Instituto auxiliou na formulação da política sanitária estadual; trabalhou na análise de fezes e urinas; na produção de soros e vacinas e no diagnóstico de surto de moléstias contagiosas, como a cólera asiática em 1893 na Hospedaria dos Imigrantes.

1.2 Variolização e vacinação no começo do século XX

A varíola foi considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma das enfermidades mais devastadoras da História humana.

Há indício de ocorrências da moléstia desde os primeiros assentamentos agrícolas, por volta de 10.000 anos. Sua presença tangível vem de múmias egípcias da XVIII Dinastia (1580-1350 a.C.) e do Faraó Ramsés V (1157 a.C.). Contudo o relato da doença só aparece no século IV d.C. no sudeste asiático.

A partir do século XVI, surgiram epidemias catastróficas que dizimaram tribos de indígenas de americanos e os impérios asteca e inca.

⁶ Sobre a História das Faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, ver: SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1991 e MIRANDA, Alberto Carlos Cunha. **Os curandeiros e a ofensiva médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX**. In: CLIO. Revista de Pesquisa História. N.19, Recife, Ed. Universitária, 2001.

Com a descoberta do “Novo Mundo” pelos europeus, o continente americano passa por profunda transformação no que diz respeito à ocupação e colonização. A população nativa não se sujeita à escravidão e à expropriação de suas terras. O resultado disso foi o massacre dos povos ameríndios. Segundo o historiador Tzvetan Todorov, em 1500 a população da América era de aproximadamente 80 milhões de habitantes e, em meados do século XVI, esse quantitativo reduziu para 10 milhões.⁷ Este genocídio deu-se em nome da fé e da civilização através de uma política de extermínio adotada pelos espanhóis e também pelo choque bacteriológico do encontro de dois mundos. Entre as várias calamidades epidêmicas que atingiram as diversas etnias americanas está a varíola. O rastro de destruição do vírus variolae é visto em 1518 na Ilha de São Domingos, em 1520 em Cuba, seguida do México e Guatemala. Em 1525 alcança o Império Inca. Não é exagero dizer que as epidemias, principalmente a de varíola, foram “*os grandes aliados dos espanhóis no processo de conquista dos impérios indígenas na América*”.⁸ Para se ter uma idéia, a população azteca em 1519 era de 25 milhões, um século depois chegou a pouco mais de um milhão, vitimada por guerras, doenças e fome. Já os incas, antes e durante a invasão das tropas de Pizarro, foram vitimados por epidemias de varíola, entre outras moléstias, como, por exemplo, o sarampo. O resultado disso foi uma redução drástica do Império Inca: de 10 milhões de habitantes para um terço populacional.

⁷ TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.129.

⁸ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004, p.57.

Até o final do século XVIII, calcula-se que, somente na Europa, houve 60 milhões de vítimas da varíola⁹, com cerca de 400.000 óbitos, constituindo-se verdadeiro flagelo humano. Quando a moléstia não matava, desfigurava o rosto do sobrevivente com cicatrizes permanentes¹⁰.

No Brasil, a doença foi introduzida tanto pelo colonizador português quanto pelo escravo africano. *“Europa e África povoaram a Terra de Santa Cruz infectando-a, espalhando suas mazelas por todos os cantos, contribuindo significativamente com a formação e o enriquecimento do quadro patogênico colonial”*¹¹.

A primeira epidemia provavelmente ocorreu em 1563 na Bahia, causando cerca de 30.000 mortes. Os nativos brasileiros eram vulneráveis à moléstia, que dizimou muitas tribos indígenas e ocasionou mais óbitos do que todas as doenças reunidas. Paul Singer informa-nos:

“As primeiras referências à varíola datam de 1561, sendo que, em 1563, esta afecção assolava toda a população litorânea, a partir de Ilhéus, onde surgiu, trazida por navio chegado de Portugal. A sua difusão ao longo do litoral norte e sul foi rápida, sendo em 1561 descritos surtos no Maranhão e, em 1563, na Paraíba do Norte, de onde se estendeu a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro”¹².

⁹REZENDE, Joffre M. Varíola: uma doença extinta. <http://jmr.medstudents.com.br>. Acesso:14/06/2004.

¹⁰ PLOTKIN, Stanley A. http://www.aventispasteur.com.br/doencas_template.php3?pagina=variola. Acesso: 14/06/2004.

¹¹ RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1997, p.23.

¹² SINGER, Paul. Op. cit. p.91.

Particularmente em Pernambuco, a varíola causou surtos epidêmicos em 1562-1563, 1584, 1589, 1597, 1616-1617, 1623, 1642, 1650, 1664-1666, 1683, 1705 a 1715; e endêmicos em 1774, 1787, 1793¹³.

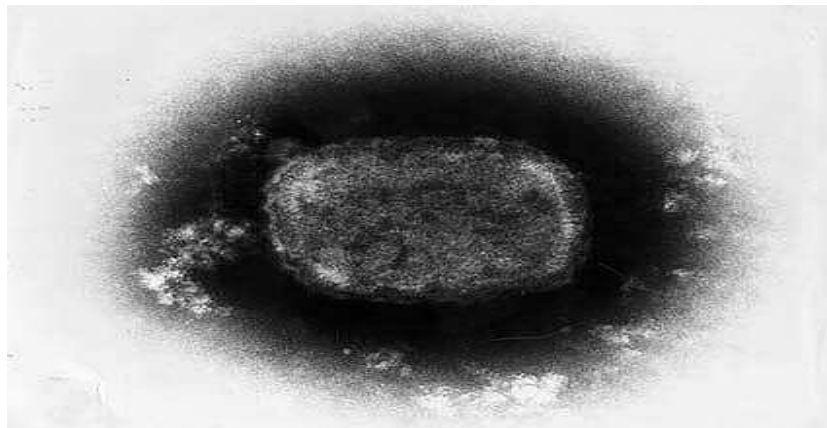
Esclarece Gilberto Osório de Andrade em “Morão, Rosa e Pimenta. Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil”:

“Endemo-epidêmica, dessarte, desde os albores coloniais até os começos dêste século, é certo que a varíola tenha assolado inclusive durante os intervalos dos surtos notòriamente registrados. Um destes foi o de 1682. O empenho filantrópico do Mestre-de-Campo D. João de Sousa, no sentido de que se escrevesse o Trattado, é indício bastante de que a ‘peçonha’, como também foi alcunhada, lavrava aqui então uma vez mais, arruinando a fazenda escravagista. Com efeito, tratando da dieta adequada, consignava Morão que nessa epidemia ‘são tantos enfermos, e os escravos que adoecem, que talvez seus senhores os não podem sustentar a galinhas, e a frangãos’. Pelo que alvitava, que lhes dessem vitelos ‘e as suas tripas cozidas’, mas não antes das bexigas saírem; ‘e se puder ser depois de secas melhor será’¹⁴.

¹³ DINIZ, Luiz Carlos. **A história do hospital de Santa Águeda**. Recife: Hospital Osvaldo Cruz, 1994, p. 22. As epidemias de varíola em Pernambuco, em particular no Recife, durante os séculos XIX e XX, serão descritas no capítulo 3.

¹⁴ ANDRADE, Gilberto Osório, DUARTE Estácio. **Morão, Rosa e Pimenta: Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil**. Arquivo Público Estadual, Pernambuco, 1956, p.14.

A varíola é uma infecção viral causada pelo vírus variolae do grupo orthopoxvirus. (foto 1). A porta de entrada do vírus no organismo humano é o trato respiratório. Contagiosa, a varíola, também chamada de bexiga, no Brasil, manifesta-se com erupções generalizadas de vesículas pustulosas que deixam cicatrizes indeléveis.



Orthopoxvirus. Site: Pablo Ferreira. Varíola.. <<http://www.fiocruz.br/ccs/glossario/variola.htm>

A moléstia foi classificada em dois tipos: a varíola major, com mortalidade em torno de 15% e 20% e a varíola minor, também chamada de alastrim, cuja mortalidade não atingia 1%.

O período de incubação chega a 12 dias, podendo variar entre 7 e 17. No início, o moribundo tem febre e erupções de máculas e pápulas. Em seguida, o enfermo apresenta indisposição, dores de cabeça e dores nas costas. O *rash* surge na mucosa da boca e faringe, na face e antebraço, para depois se estender pelo tronco e membros inferiores. O *rash* em um a dois dias transforma-se em vesículas, chegando a formar pústulas. Quando é fatal, o doente morre em uma a duas semanas. (foto 2).



Criança apresentando a evolução da varíola. Desde o rash macular até as pústulas. Site: Carlos Eduardo Reis. A História da Primeira vacina e da erradicação da varíola. <http://medstudents.com.br/historia/jenner/jenner.htm>. Acesso; 14/06/2004.

O conhecimento etiológico da varíola, bem como seu tratamento e vacinação, serão de grande importância para o controle da doença, minimizando a sua sintomatologia.

A história do combate, inoculação e vacina contra a varíola é antiquíssima. Para Sidney Chalhoub, a idéia da inoculação do pus variólico provavelmente nasceu das tradições populares em várias culturas diferentes. Diz Chalhoub:

“[...] desde a mais remota antigüidade, de que certas doenças poderiam ser evitadas através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir – tal aplicação poderia ser natural, ritualística, ou uma combinação de ambas as coisas, como ocorreu com freqüência no caso da inoculação do pus variólico ou variolização”.¹⁵

A história do combate à varíola vem de longe com os curandeiros chineses e indianos, mas também árabes e turcos. Os chineses e hindus, por exemplo, acreditavam que a provocação de um ataque brando da varíola produziria imunidade. Mas eles não sabiam que a imunidade não era vitalícia. Relatam Meyer Friedman e Gerald Friedland:

“Eles imaginaram que provocar um ataque brando de varíola poderia impedir um ataque completo mais tarde. Assim, moíam a crosta de uma ferida de varíola tirada de um sobrevivente até transformá-la em pó e, usando um tubo de prata, sopravam esse pó numa das narinas. Se o paciente era homem, o pó era soprado na narina esquerda; se era mulher, na narina direita. A pessoa, então, geralmente mas nem sempre, desenvolvia um caso brando de varíola, mesmo que o pó tivesse seis meses de idade”.¹⁶

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.102.

¹⁶ FRIEDMAN, Meyer, FRIEDLAND, Gerald W. **As dez maiores descobertas da medicina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.103.

Os árabes usavam uma outra técnica, mas com o mesmo princípio da inoculação. Faziam pequenas incisões no braço de pessoas sãs e introduziam o pus variólico. Esse método foi descrito em um livro pelo médico turco, Dr. Emmanuel Timoni, sem grande repercussão. A esse procedimento chamou-se variolização, derivando-se do nome latino da moléstia, varíola. O método se vulgarizou quando de uma epidemia em 1721, em Londres. Foi aplicado ainda no século XVIII na Alemanha, França e Rússia. Com o tempo, a propagação da variolização acabou mostrando que esse processo permitia o desenvolvimento das diferentes manifestações da moléstia. De acordo com Chalhoub, a mortalidade era de duas a três mortes no universo de cem pessoas.

Portugal não compartilhou do método de variolização, isso porque a varíola não se constituiu num problema de saúde pública entre eles, diferentemente do que acontecia nas suas colônias e no tráfico negreiro. Mesmo assim, a variolização não foi adotada sistematicamente pela classe médica lusa. A introdução da variolização no Brasil se deu tardiamente e juntamente com a propagação da vacina jenneriana.

Edward Jenner, estudando a crença popular dos camponeses ingleses, dizia que os ordenhadores das vacas atingidos pela vacina (cowpox) – ulcerações nas mamas das vacas, não contraíam a varíola. A vacina antivariólica nasceu dos estudos e comprovação de Jenner dessa medicina popular. Sobre isso escreve Tânia Maria Fernandes:

“A partir da pústula desenvolvida na vaca, obteve um produto que passou a denominar ‘vacina’, que, ao ser inoculado no homem, fazia surgir erupções semelhantes à varíola no local das inoculações. Dessas erupções era retirada a ‘linfa’ ou ‘pus variólico’, utilizado para novas inoculações [...] Essa vacina ficou conhecida como vacina jenneriana ou humanizada”.¹⁷

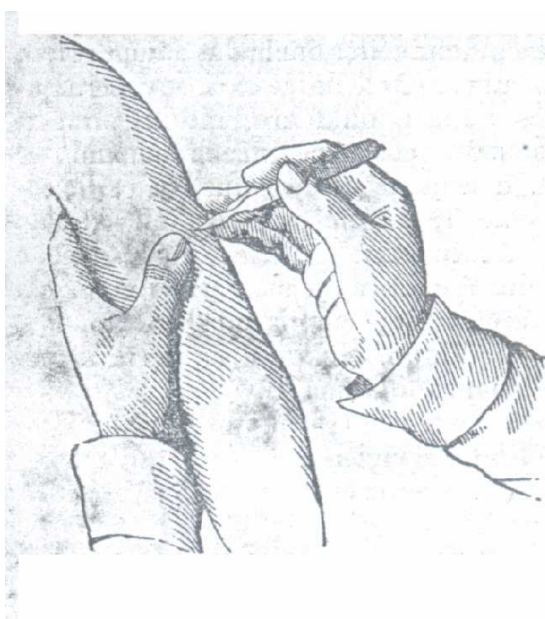


Fig.1 Vacinação jenneriana. Dicionario de Medicina Domestica e Popular.

Na fig. 1 ao lado, observa-se a técnica de vacinação braço a braço. Diz o Dicionario de Medicina Domestica e Popular, organizado por T. Langgaard: “Depois de receber na ponta da lanceta ou da agulha uma porção do fluido vaccinico, segura-se com a mão esquerda o braço do individuo que se há de vaccinar, pegando-lhe com firmeza pela parte posterior para a pelle se estender exactamente; então com a mão direita faz-se a pequena incisão, introduzindo o instrumento na pelle horizontalmente até se tingir mui levemente de sangue, podendo-se mesmo fazer sem sahir sangue algum, o que facilmente se consegue com alguma pratica [...]”. Ver pág. 690.

Recomenda o dicionário¹⁸ que se façam duas ou três incisões em cada braço por precaução, deixando espaço entre elas para se observar as auréolas inflamadas sem confundi-las. O processo inflamatório dá-se a conhecer desde o 2º dia, quando surge um pequeno círculo avermelhado. Do 3º ao 8º dia, a área começa a endurecer, aparecendo a pústula vacinal. No 10º dia, o círculo

¹⁷ FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p.19/20.

¹⁸ LANGGAARD, Theodoro J. H. **Diccionario de medicina Domestica e Popular**, t.3. 2.ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1872.

inflamatório se alarga e o indivíduo apresenta um estado febril, com abrimento de boca e espreguiçamento, podendo ter ou não febre e vômito. Ao 11º dia, abrindo-se a pústula, encontrará a vacina que pode ser inoculada ou conservada. Do 12º ao 27º dia, os fenômenos locais diminuem até a crosta cair. Na figura abaixo, encontra-se a vacinação e o desenvolvimento da vacina.

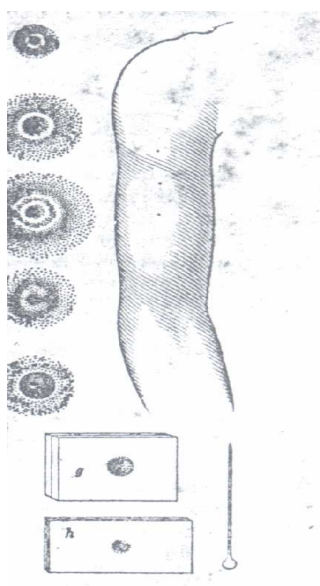


Fig. 2 Desenvolvimento da vaccina.
Dicionario de Medicina Domestica e Popular

Fig. 2 “A vaccina póde conservar-se sobre corpos inoxydadeis, entre laminas de vidro, com uma pequena depressão no centro, em tubos finos de vidro; igualmente sobre ouro, marfim, tartaruga, etc., tendo cuidado em não expô-la ao contacto do ar, da luz, do calor ou da humidade. Quando se quer usar della dilue-se em uma gotta de agua tépida. A vaccina fresca é mais segura que a secca; tira-se de uma pústula que tenha chegado pouco mais ou menos ao nono ou décimo dia, depois da inserção; fere-se levemente esta pústula, e então o virus sahe pouco e fórma uma gottinha redonda, de que se carrega o instrumento”. (Ver pág. 690)

Jenner não construiu o conceito de imunidade que explicaria a vacina, mas o seu olhar investigativo deteve-se em reproduzir a natureza, os fatos observados quando da inoculação no ser humano. Mesmo com as inovações na área da microbiologia nos fins do século XIX, não houve modificações de destaque na prática da vacinação antivariólica. Mas, no que diz respeito às práticas de legitimação da ciência biomédica, o laboratório entra como o espaço onde ocorrem as mudanças de valores e conceitos científicos. A respeito do método experimental de Pasteur, Fernandes explicita:

“Ao levar os microrganismos para o laboratório, buscou implementar técnicas para visualizá-los e atenuar sua virulência, relacionando doença e agente causal específico. No caso da varíola, além de buscar a identificação e a atenuação da virulência, contribuiu também para a compreensão e o controle das infecções secundárias a ela associadas, o que possibilitou, inclusive, uma modificação significativa na sintomatologia da doença ao longo do século XX”.¹⁹

Na época de Pasteur, a vacina era considerada uma doença como a própria varíola, mas de forma branda e capaz de proteger o homem contra a peste variolosa. Alguns pesquisadores fazem hoje a diferença entre “imunologia” e “vacinologia”. A primeira é a ciência da imunidade com arcabouço teórico próprio e a segunda é a prática associada à vacina: produção e vacinação. (Moulin, 1996).

Os riscos da variolização fizeram com que parte da classe médica aceitasse os estudos de Jenner. Mas as imunizações feitas pela variolização, pela vacinação humanizada e depois a animal coexistiram durante o século XIX. Aos poucos, a variolização foi substituída pela vacina jenneriana. A polêmica gerada com a vacina jenneriana era porque introduzia no homem um material tirado dos úberes das vacas. Além da questão do medo que se tinha de transmitir as doenças do animal para o homem, havia o pavor ignominioso das crianças inoculadas adquirirem as feições bovinas. A solução encontrada foi a profilaxia braço a braço.

¹⁹ FERNANDES, Tânia Maria. **Imunização antivariólica no século XIX no Brasil:** inoculação, variolização, vacina e revacinação. HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE. Rio de Janeiro: MANGUINHOS, v.10 (suplemento 2), 2003, p.463.

Inoculava-se um grupo de pessoas com a vacina animal e, em seguida, após ter passado 8 a 9 dias, os outros indivíduos receberiam a vacina braço a braço dos que já tinham sido inoculados com a vacina animal.

De acordo com Sartwell e Maxcy-Rosenau, a primeira vacinação feita na América foi em 1800, quando Benjamin Waterhouse, da Escola Médica da Universidade de Harvard, vacinou o filho e seus dois escravos. Mas foi somente em 1802, em Boston, quando da vacinação de 19 homens, que se percebeu a eficácia da vacina. Sartwell e Maxcy-Rosenau concluem:

“Oitenta anos mais tarde, reconhecendo a relação entre a descoberta de JENNER e o trabalho por ele próprio realizado com agentes infecciosos atenuados, PASTEUR tornou o termo vacinação (do latim vacca, vaca) extensivo a estas novas circunstâncias. O termo é agora genêricamente aplicado a qualquer imunização activa, quer com agentes vivos, quer com agentes inactivados. A vacinação contra a varíola constituiu a primeira aplicação de um princípio que actualmente engloba a imunização com agentes atenuados tais como o BCG, a estirpe 17-D do vírus da febre amarela, os poliovírus atenuados e as estirpes atenuadas do vírus do sarampo”.²⁰

A vacina jenneriana ou humanizada chega ao Brasil por volta de 1804. A literatura médica não é precisa quanto à introdução da vacina no país. O fato é

²⁰ SARTWELL, Philip E, Maxcy-Rosenau. **Medicina Preventiva e Saúde Pública**. v.1. Lisboa: Fundação Calouste GulbenKian, 1965.

que o Marquês de Barbacena enviou a Lisboa um médico para aprender a técnica juntamente com alguns escravos que receberam a vacina e passaram, ao chegar ao Brasil, para outros indivíduos que, em seguida, dariam continuidade à corrente vacinatória. Depois da Bahia, a técnica chegou ao Rio de Janeiro. O Dr. Hércules Octaviano Múzzi, do serviço de vacinação da corte, conserva a linfa vacínica na capital brasileira a pedido do Marquês de Aguiar. Tornou-se uma prática os indivíduos que queriam inocular a vacina em seu corpo, irem ao Palácio do Governo nos dias de quinta e domingo. Mas a polêmica sobre a vacina humanizada era grande, principalmente por transmitir através da corrente sangüínea, outras doenças como a lepra e a sífilis. Alguns médicos sugeriam que a vacina fosse aplicada subcutânea para não atingir as vias sangüíneas, impedindo assim uma possível contaminação. Tanto a vacinação e a revacinação geraram um amplo debate no século XIX entre os estudiosos da área médica. Fernandes, estudando os periódicos *Gazeta Médica da Bahia* e a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, durante o século XIX no Brasil e, precisamente, a partir da década de 1860 – devido à regularidade dos periódicos -, aponta as discussões da época em torno das práticas de imunização antivariólica no país. Para essa autora, as discussões entre os pesquisadores foram fomentadas devido à:

“[...]precária base científica da microbiologia e da fisiopatologia, além do desconhecimento do processo imunitário, naquele século, levou à realização, ao longo do período, de várias experiências empíricas, com base na medicina clínica e na estatística, envolvendo no debate corrente, além da vacinação e da revacinação,

preocupações com a disseminação da doença e o uso da técnica da “inoculação” (aplicação do vírus variólico)”.²¹

Nos meados do século XIX, houve uma tentativa de substituir a vacina humanizada pela vacina animal. A primeira mostrou-se inativa não só pela possibilidade de adquirir outras doenças quando da sua inoculação, como também, passando de braço a braço, era possível baixar a potencialidade de sua eficácia. No Brasil, a introdução da vacina animal, extraída das pústulas de vitelos sadios inoculados com o vírus vacínico, foi uma iniciativa do Barão de Pedro Affonso, em 1887, que criou o Instituto Vaccinico Municipal, na rua do Cattete no Rio de Janeiro. Essa iniciativa gerou a produção da vacina manipulada e acondicionada em tubos, sendo disseminada pelo Brasil, cabendo aproximadamente cem tubos para cada capital dos Estados. Mas, segundo Octavio de Freitas, *“compreende-se que o número destes tubos não satisfazia as necessidades das populações receptíveis e os Estados mais importantes procuraram logo instalar estabelecimentos congêneres”*²². Foi assim que os estados de São Paulo, Bahia, Ceará, Pará e Pernambuco tomaram a iniciativa de criarem seus respectivos institutos.

Com a criação de institutos vacinogênicos no país, muitos dos problemas ligados a doenças contagiosas, foram atenuados.

²¹ FERNANDES. Op.cit. p.463.

²² FREITAS, Octavio de. **Os trabalhos de hygiene em Pernambuco**: Relatório Apresentado ao secretario geral do Estado. Recife: Imprensa Official, 1919, p.76.

1.3. O Instituto Vacinogênico do Recife

O governador da Bahia, no princípio do século XIX, Francisco da Cunha Menezes, enviou para o Recife vidros com pus vacínico. Em 1805, o cirurgião Manuel Moreira da Rosa divulgou a vacina antivariólica pela província de Pernambuco. Alguns anos mais tarde, a Câmara Municipal do Recife passa a pagar 200\$000 anuais ao cirurgião Matias Carneiro Leão, para que houvesse a propagação da vacina na cidade. Esse dividiu seus vencimentos com um ajudante, o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto. O cargo de cirurgião vacinador somente foi criado em Pernambuco em 1819 com os vencimentos de 200\$000. Em seguida, o governo criou o cargo de ajudante de vacinador com os vencimentos anuais de 150\$000. Mas o Conselho Geral da Província pernambucana determinou, em 1834, que cada comarca criasse um lugar de cirurgião vacinador.

Em 1818, o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco cedeu para Câmara Municipal um espaço no salão da enfermaria para que fosse praticado o serviço de vacinação pública regularmente. Porém, por ordem régia de 12 de fevereiro de 1820, foi ordenado que se criasse um estabelecimento vacínico na província. Em 1845, surge a primeira repartição de higiene em Pernambuco, a Repartição de Vacina, atrelada ao Conselho Geral de Salubridade Pública. Os serviços de vacinação foram reorganizados e regulamentados. Os principais pontos do Regulamento de 22 de agosto de 1845 eram da determinação do horário de atendimento pela Repartição de Vacina e do ordenamento das fichas de inoculações: quartas e sábados a partir das 9 horas da manhã; as pessoas

recebiam um bilhete numerado; a inoculação far-se-ia a partir da ordem numérica desses bilhetes; eram confeccionados os mapas vacínicos. Os resultados da Repartição de Vacina no período de 1845-1846 foram o seguinte: 1111 pessoas receberam a vacina humanizada pela 1ª vez, 195 pela 2ª e 31 pela 3ª vez. No ano seguinte, foram vacinados 709; em 1848, 746; em 1849, 2057; em 1850, 874 e 1851, 2083. Leduar comenta: *“Essa repartição da vacina não teve a duração que era de esperar; mas, o hábito da vacinação ficou; sobretudo porque o povo, a esta altura, já estava imbuído das vantagens do método vacinatório na erradicação da varíola, se bem que a prática em uso – a vacinação braço a braço – não desse os resultados totais almejados²³”*. A assertiva de Leduar, quanto à aceitação da vacina pelo ‘povo’ é um tanto quanto apressada e absolutizante, principalmente quando se sabe que as práticas de vacinação se deram pela negação e aceitação da vacina, gerando desde conflitos verbais até motins urbanos.

Os mapas da vacinação apresentados pelo Comissário Vacinador Provincial, Dr. João Nepomuceno Dias Fernandes, ao Presidente da Província de Pernambuco, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, são indicativos das problemáticas enfrentadas pela Repartição. A Tabela abaixo é do 2º semestre de 1856. Dr. João Nepomuceno faz saber ao presidente da Província em que condição está o órgão.

²³ ROCHA, Leduar de Assis. História da Medicina em Pernambuco: século XIX. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962, p.353.

MAPPA DA VACCINAÇÃO PRATICADA NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM O 2º SEMESTRE DE 1856									
MUNICIPIOS	SEXO		CONDIÇÕES		RESULTADO DA VACCINAÇÃO			TOTAL/ MUNICIPIOS	OBSERVAÇÕES
Cidade do Recife	M	F	Livres	Escravos	Tiverão	Sem resulta	Não forão		Neste semestre o numero dos vaccinados tambem foi bem diminuto em proporção a população desta cidade, sendo isso devido: 1º a má colocação desta Repartição; 2º a também Praticar a vaccinação o ex Commessario Dr. Joaquim d'Aquino Fonseca; 3º finalmente fornecer esta Repartição não só a medicos, Como também A curiosos laminas com pus vaccinico para por elles ser innoculado.
	97	74	83	88	Vaccina Regular 114	do 12	Observa dos 45		

Vacinadores de Pernambuco, 01, p.20.

Como o mapa da vacinação mostra, foram vacinadas somente 171 pessoas. Dr. João Nepomuceno acredita que a causa para o diminuto número de vacinados seja principalmente pela localização da repartição e pela falta de mão-de-obra especializada para o serviço da inoculação. O mapa, de 1º de julho de 1856 a 30 de junho de 1857, teve um total de inoculados de 351 pessoas. Esse aumento foi por ter a repartição fornecido o pus vacínico a particulares, a diversos estabelecimentos públicos, cidades e vilas da província de Pernambuco. Em 1859 foram vacinadas 494 pessoas. A observação do Dr. João Nepomuceno, durante esse período, recai sobre partes dos recrutas do Exército e da Armada. Muitos,

por serem redistribuídos por conta do trabalho, deixam de voltar à Repartição. Com isso, não se pode reconhecer a qualidade e proveito da vacina. Em 1860, foram vacinados 823; em 1861, 1030 e de 1863 a 1864 o total de inoculados foram de 1141.²⁴

Do período de 1857 a 1864, esteve à frente da Repartição de Vacina o Comissário Vacinador Provincial, Dr. João Nepomuceno Dias Fernandes que em diversos ofícios dirigidos ao Presidente da Província – durante esse período foram vários – relatava o estado da Repartição e envio de mapas vacinais. Os Relatórios continham desde problemas conjunturais como estruturais. Nessa época, tinha como prática a “Ligação Brasileira em Londres” enviar lâminas e tubos capilares com pus vacínico. Contudo o que deveria ser remetido mensalmente não se cumpriu. Para agravar essa situação, as lâminas com pus vacínico vindas da Inglaterra mostravam-se enfraquecidas depois da quarta ou quinta inoculação, produzindo falsas vacinas. A solução encontrada era as lâminas virem de Paris. Dr. João Nepomuceno rogou em ofício ao Presidente da Província, José Antonio Saraiva, que tomasse providência a respeito do pus vacínico. Diz ele:

“Não tendo resultado algum o pus vaccinico vindo de Londres em laminas, e causando semelhante falta grande transtorno á esta Repartição, vou rogar á V. Ex^a que se digne requisitar, do nosso Ministro Brasileiro em Paris, essa substância em laminas e tubos

²⁴ O ano de 1858 não foi citado por não existir informações nos manuscritos sobre os vacinadores de Pernambuco.

capillares, sendo a remessa feita periodicamente por todos os vapores Ingleses.

A experiencia tem mostrado que o pus vindo de Paris aproveita mais aqui; rasão porque o prefiro áquelle de que todos geralmente se queixão".²⁵

O ofício do dia 28 de outubro de 1858²⁶, expedido pelo Inspetor do Instituto da Saúde Pública, Dr. Ignacio Firmo Xavier, confirma ao presidente da província o problema da ineficiência das lâminas que vinham da Inglaterra e assevera:

"Dando cumprimento ao despacho da VEx^a de 27 do corrente, relativamente ao ofício do Commisario Vacinador, em que pede, que os recrutas sejam mandados a casa de repartição da vaccina, por ser mais aproveitavel a inoculação do humor vaccinico de braço a braço, e falha o que de deposita em laminas ou tubos, ainda assim o que é temettida da Inglaterra, tenho a honra de informar a Vex^a é mui rasoavel o que pede o Dr Commisario, e real o quanto diz a esse respeito, o que tambem observei, e tenho observado, não só em minha pratica particular, como em tempos que occupando o lugar de Presidente Interino da Comissão de Hygiene, exerci o de Commissário Vacinador".

²⁵Manuscritos Vacinadores de Pernambuco 01, pág. 46. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano.

²⁶ Manuscrito Saúde Pública 01, pág.48. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano.

O Comissário Vacinador Provincial também tratava de expor para o governador a dificuldade de propagação da vacina no interior. Alegava que, enquanto não se gratificassem os Comissários Vacinadores Municipais, não haveria divulgação da vacina nos municípios de Pernambuco. Chegou ele, até na administração do Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, a dividir a província em 14 postos vacínicos, fornecendo, portanto, o número exato de possíveis gratificações para o cargo de Comissário Vacinador Municipal. Nessa proposta, quatro gratificações seriam de duzentos mil réis anuais para as cidades de Olinda, Goiana, Rio Formoso e Vitória. As vilas de Pau D'alho, Limoeiro, Cabo, Bonito, Garanhauns, Bêijo, Flores, Bôa Vista, Ouricuri e Tacaratú seriam de cento e cinqüenta mil réis anuais. A Repartição funcionava nos Torrões da Alfândega (foto 3), no 3º andar, dificultando a ida de pessoas em busca de vacina. Pede ele que a Repartição se mude para o bairro de Santo Antonio que, por ser central, atrairia a população para a prática da vacinação.



Foto 3: Alfândega – 1852 - Roberta Guimarães

A respeito da vacinação, comenta dr. João Nemopuceno:

“Se a vacinação fosse praticada regularmente, se em diferentes pontos da Província houvessem postos vaccinicos, como d'essa necessidade dei sciencia em meu relatorio ao Exmº Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo quando Presidente d'esta Província, os focos de infecção seriam menores, por que só um ou outro que não se tivesse vaccinado seria accomettido do mal, e d'essa maneira nunca teríamos de lamentar grande perda de vidas”.²⁷

No levantamento estatístico feito por Mário Melo, constatou-se que, no período de 1861 a 1900, de 55 explosões epidêmicas ocorridas em Pernambuco, 18 foram de bexiga. De acordo com Langgaard, bexiga é uma afecção febril, aguda e contagiosa com formação de pústulas ao passar dos dias. Recebeu

²⁷ Vacinadores de Pernambuco 01, págs.49-50. Arquivo público Estadual Jordão Emereciano.

várias denominações, varíola ou febre variolosa; small-pox para os ingleses, pocken para os alemães; petite-vérole para os franceses.

A varíola, durante o período de 1852 a 1918, causou no Recife 32.038 óbitos. A tabela abaixo, do demografista Octavio de Freitas, indica a letalidade da doença no período de sessenta e seis anos de observação:

MORTALIDADE PELA VARÍOLA			
1852	18	1885	57
1853	58	1886	09
1854	69	1887	04
1855	362	1888	10
1856	57	1889	03
1857	76	1890	2204
1858	151	1891	61
1859	94	1892	12
1860	96	1893	15
1861	35	1894	67
1862	414	1895	441
1863	137	1896	2119
1864	67	1897	368
1865	64	1898	28
1866	29	1899	34
1867	156	1900	236
1868	194	1901	998
1869	04	1902	416
1870	64	1903	271
1871	267	1904	909

1872	108	1905	3965
1873	676	1906	362
1874	447	1907	1778
1875	323	1908	797
1876	109	1909	383
1877	18	1910	1432
1878	1523	1911	2440
1879	1002	1912	762
1880	349	1913	451
1881	547	1914	153
1882	354	1915	15
1883	274	1916	0
1884	431	1917	0
		1918	0

Os trabalhos de Hygiene em Pernambuco, p.82.83.

A análise estatística acima mostra que, até 1915, a varíola esteve presente, apresentando-se, às vezes, benigna e com poucos óbitos. As grandes epidemias estavam sempre ligadas à aglomeração de pessoas vindas do interior e estados circunvizinhos. (Freitas, 1919). A epidemia de 1878-79 estava ligada a levas de imigrantes vindos do interior e estados vizinhos, vitimados pela seca. A de 1890, outro tipo de aglomerado proveniente do êxodo provocado pela Abolição da Escravatura e pela influência do novo regime republicano, levou centenas de pessoas à capital pernambucana. A terceira grande epidemia foi a de 1896, com 2119 óbitos, possivelmente provocada pela prefeitura por ter feito aterros em vários pontos da cidade, sem a devida desinfecção nas casas demolidas que outrora abrigaram variolosos. A quarta epidemia iniciou em 1904 com 909 óbitos e seguiu, em 1905, vitimando 3965 indivíduos. Na maioria dos casos, as pessoas

vinham do interior, por meio de trem, para a capital no anseio de encontrar melhores condições de vida. A última epidemia foi a de 1910 e 1911 com 1432 e 2440 óbitos respectivamente. Está associado a essa mortalidade o trabalho das obras do Porto e da nova rede de esgotos no Recife. Nas cinco epidemias, os indivíduos acometidos de varíola, possivelmente, não eram vacinados.

A epidemia de 1904-1905 não foi mais grave porque o Instituto Vacinogênico fabricou vacina suficiente para suprir a necessidade de quarenta postos vacínicos gratuitos. Na quinta epidemia, a de 1911, o Instituto Vacinogênico chegou a distribuir 32.965 tubos, sendo vacinadas mais de sessenta mil pessoas. Assim, aos poucos, a varíola foi se extinguindo na capital pernambucana, chegando a não registrar óbito em 1916, 1917 e 1918.

A terapêutica no tratamento da varíola mostra a urdidura em que se caminhou a medicina moderna no final do século XIX início do XX. O Dicionário de Medicina Domestica Popular de Langgaard é incisivo no trato das bexigas malignas; causa até repugnância em imaginar tal terapêutica. Eis a descrição:

“Quando, porém, os symptomas se annuncião desde o principio com certa intensidade, e as bexigas são confluentes, torna-se necessario uma sangria, para attenuar quanto for possivel a violencia, não só das inflammações internas, como a da pelle. Os outros incommodos cumpre combater como se as bexigas não existissem; applicar sanguesugas na região cardiaca, estando inflammada a membrana mucosa do estomago; no anus, se é o colon que se acha atacado, e

tratar a pneumonia ou pleuriz, segundo as regras geraes quando existem”.²⁸

O Diário de Pernambuco de 06 de dezembro de 1904 reproduz do ‘Brasil Médico’ uma receita do Dr. Barbary para o tratamento da varíola. O Dr. Barbary aconselhava o isolamento do doente em aposento forrado de vermelho; fazer loções em todo corpo com uma solução de sublimado de 1/2000; vaporização da mesma solução quente a 1/4000 duas vezes por dia na face; tomar duas vezes por dia uma colher das de sopa de xarope phenicado; tomar de duas em duas horas leite misturado com café ou água de Vichy (fonte Celentins), entre outras coisas. Assim também era o Formulário e Guia Médico de Chernoviz de 1909. Sobre esses tratamentos, Diniz conclui com propriedade: *“É evidente que de nada serviam estas condutas terapêuticas e, não obstante toda empáfia e verborrêia entremeadas de nomes e medicamentos esquisitos e arcaicos, nada de prático se conseguia, exceto talvez causar complicações ou mesmo a morte do paciente”*.²⁹

O processo de vacinação humanizada não dava resultado satisfatório devido à passagem da linfa vacinal de braço a braço. Esse processo trazia, com o tempo, enfraquecimento da vacina e, como já foi dito, possível transmissão de doenças pela corrente sangüínea. Aos poucos, a vacina jenneriana foi sendo substituída pela vacina animal – extraída das pústulas de vitelos sadios inoculados com o vírus vacínico.

²⁸ LANGGAARD, Theodoro. Op.cit. p.285.

²⁹ DINIZ, Luiz Carlos. Op. cit., p. 22.

Por esse motivo foi criado, em 1891, o Instituto Vacínico. Funcionava em duas salas no térreo da Prefeitura do Recife. Realizava sessões semanais, possuía dois médicos de plantão que atendiam os interessados num curto período de duas horas. Os vitelos ficavam num estábulo do Hospital Pedro II, nos Coelhos. Por motivo da precariedade das instalações e pelo pouco volume de vacina produzida, o Instituto Vacínico teve seus dias contados.

Em 1896 foi criado, no governo de Barbosa Lima, o Instituto Vacinogênico (Planta 1)³⁰. Inaugurado por Otávio de Freitas, o instituto era mais bem equipado e com melhores acomodações. Localizava-se na rua Fernandes Vieira com quatro chalés, um para estábulo e mesa de inoculação; outro para máquinas de trituração da vacina e enchimento dos tubos; outro para inoculação das pessoas e, por fim, o quarto chalé preparado para ser a moradia do zelador. O Instituto era anexo à Inspetoria de Higiene. A princípio, o funcionamento do Instituto ficou prejudicado devido às medidas econômicas inauguradas no governo do Conselheiro Correia de Araújo. A situação só melhorou no governo do Desembargador Sigismundo Gonçalves, que destinou um crédito orçamentário para o órgão em questão.

O Instituto Vacinogênico sofreu reparos quando a Inspetoria de Higiene estava sobre a direção de Constâncio Pontual. Em 1908, o Instituto remodelou-se completamente, *“com a aquisição de aparelhos e utensílios modernos e dos mais aperfeiçoados, por mim [Octavio de Freitas] solicitados naquela epocha”*³¹

³⁰ A reconstituição da planta do I. Vacinogênico, de 1913, encontra-se no final deste capítulo.

³¹ FREITAS, Octavio de. Op. Cit., p.77.

No período de 1896 a 1918, Octavio de Freitas, em seu livro “Os Trabalhos de Hygiene em Pernambuco”, fornece uma tabela em que mostra o esforço do instituto em se manter funcionando. A tabela refere-se ao número de vitelos sadios vacinados e aos tubos de polpa vacínica preparadas:

ANNOS	VITELOS INOCULADOS	TUBOS PREPARADOS
1896	30	4.305
1897	34	4.742
1898	25	2.939
1899	22	2.419
1900	31	4.511
1901	50	8.418
1902	36	3.988
1903	48	2.846
1904	27	3.800
1905	131	40.157
1906	55	11.130
1907	95	27.621
1908	125	26.704
1909	109	16.047
1910	119	25.854
1911	157	32.965
1912	164	34.919
1913	153	31.352
1914	127	28.701
1915	123	22.933
1916	102	22.644
1917	98	19.160
1918	122	26.526

Quando o instituto foi para Jaboatão, em 1913, o dr. Otacvio de Freitas já não se encontrava à frente da instituição. Contudo, avaliando o estado sanitário do Recife, não deixou de fazer menção ao Instituto Vacinogênico e os problemas enfrentados por esse órgão. Aponta como principal problema a localização do Instituto, pois a “Pernambuco Tramways” não tinha ainda inaugurado a linha de bondes para Jaboatão. A localização do Instituto Vacinogênico era de difícil

acesso, longínquo e quase que isolado no que diz respeito às comunicações. Os comboios da “Great Western” eram escassos e a Estação Tejipió era distante do estabelecimento de vacinação. Isso gerou, por parte dos diretores da instituição, um ‘relativo abandono’ no cultivo e preparo da vacina. O dr. Octavio de Freitas denunciou o que estava acontecendo no Instituto Vacinogênico de maneira contundente:

“[...] O relativo abandono do Instituto por parte dos seus directores que deixaram por muito tempo, o cultivo e preparo da vaccina quazi exclusivamente entregue a empregados subalternos, práticos, aliás, na parte material do methodo jenneriano, mas incompetentes para conhecerem as vantagens de umas tantas precauções a tomar no sendito de conhecer e evitar os inconvenientes de um animal não sadio, de affastar as contaminações da polpa vaccinica por defeito na technica das manipulações subsequentes e de saber conservar á vaccina a sua necessaria virulencia, não deixando, por inoculações mal orientadas, a vaccina modificar, attenuar, enfraquecer o seu poder de immunisação”.³²

Sem fazer a crítica pela crítica, o Dr. Octavio de Freitas sempre indicava a solução dos problemas detectados por ele, por exemplo: o diretor do Instituto Vacinogênico teria que ser exclusivo do estabelecimento; reparar as máquinas,

³² FREITAS, Octavio de. Op. Cit., p.80.

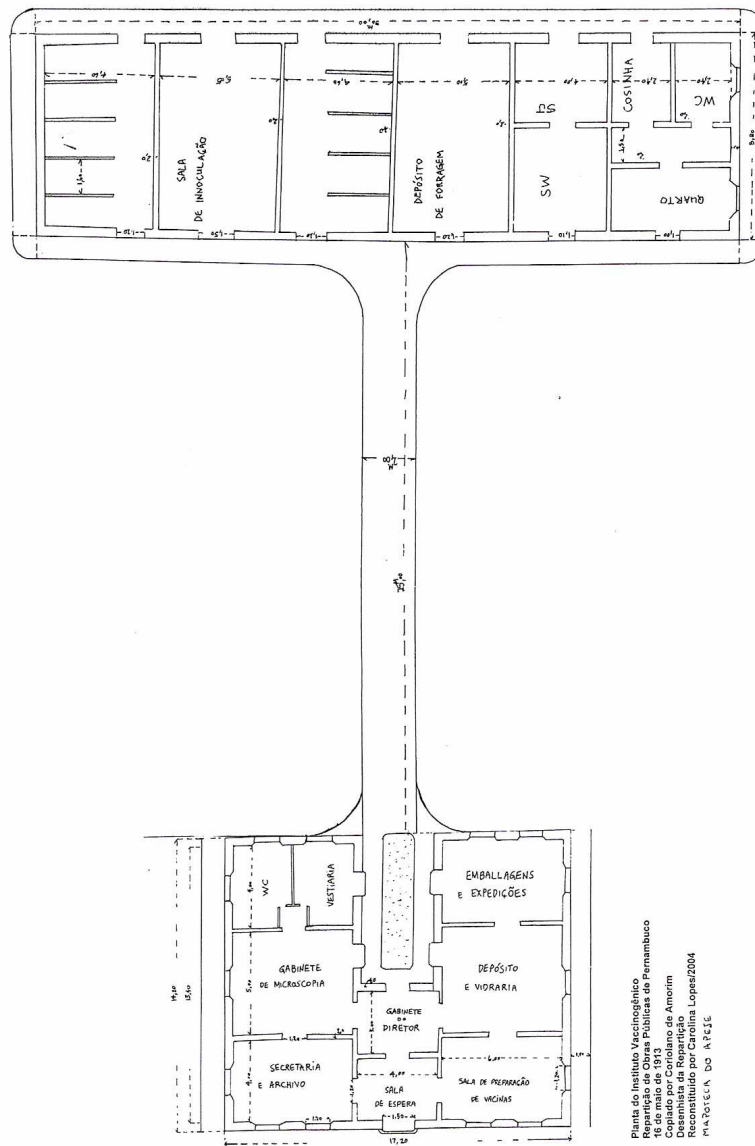
como o triturador de vacina e o aparelho de encher tubos vacínicos, que estavam em completo abandono; adquirir “lancetas estyletes” e caixas para condução dos tubos; realizar da “tuberculinização dos vitelos”; proceder ao estabelecimento de preceitos profiláticos para o órgão e também a proposta de criar cavas no próprio instituto para a conservação da vacina. Em 1923, o instituto foi transferido para uma das dependências do departamento de Saúde Pública, na rua Osvaldo Cruz.

Questões surgem desse breve histórico sobre a vacina antivariólica: por que a população brasileira, em particular a carioca e a recifense, era avessa à vacinação? Por que o protesto quando da imposição dessa vacinação? A resposta vem da própria falta de clareza dos pesquisadores quanto à eficácia da imunização que a vacina poderia trazer, além das diversas práticas que eram feitas no país: vacinação humanizada, animal e variolização. Tânia Fernandes, estudando os periódicos do século XIX, já citados nesse trabalho, avalia de forma esclarecedora a urdidura das práticas de imunização antivariólica no país. Cita, por exemplo, um artigo que foi publicado na Gazeta Médica da Bahia, assinado pelo médico Pacífico Pereira, discípulo de Lucien Papillaud, que realizava, desde 1847, no sul do Brasil, a inoculação do vírus variólico tanto em indivíduos vacinados como não vacinados. Foi criticado duramente pelo médico J. Remédios Monteiro, na Gazeta da Bahia em 1877. Este expôs os benefícios da vacinação que, aliás, já era disseminada pela medicina nacional e internacional. É preciso salientar que o estado vacinal só foi possível de ser verificado no século XX, quando da verificação estatística da dosagem e identificação de anticorpos.

Seria leviano e reducionista chamar os revoltosos contra a vacinação obrigatória do Rio e do Recife³³ de ignorantes. Ao contrário, o que se observa é um campo vasto de discordância nas práticas de vacinação no Brasil, levando à população distorções, fruto de uma política sanitária incapaz de homogeneizar tais práticas. Contribuiu para esse quadro, também, a falta de uma política educativa que partisse do próprio governo através da publicidade, alertando a população sobre doenças e higienização.

Não houve, por parte do governo de Rodrigues Alves, quando do acontecimento de 1904 – a Revolta da Vacina - uma postura de educação sanitária mais ativa, de convencimento quanto à eficiência da inoculação vacinal. Quando a população carioca se rebelou contra a tirania vacínica, e o governo controlou o movimento na “ponta das baionetas”, foi decretada, além do estado de sítio, a suspensão da obrigatoriedade da vacina. A varíola, por conhecer os hábitos e costumes da população carioca, não perdoa tal ato e, em 1908, um surto atinge em cheio o Rio de Janeiro. A ‘dama de preto’ leva 9 mil ao mundo de Hades. É um colapso sanitário! E, diga-se de passagem, tanto a moral, como a ciência e a política tornaram-se, a partir daí, vítimas dos seus próprios discursos.

³³ O caso do Recife será estudado mais adiante no capítulo 3.



Planta do Instituto Vaccinológico
 Repartição de Obras Públicas de Pernambuco
 16 de maio de 1913
 Desenhado por Engenheiro de Amorim
 Desenhista da Repartição
 Reconstituído por Carolina Lopez/2004
 MA-1015-EN DO APEIS

A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA³⁴

***Anda o povo acelerado
Com horror à palmatória.
Devido à lambança
Da vacina obrigatória.***

***Os monarcas da Ciência
Estão temendo dessa vez.
Vão meter o ferro em brasa
Bem no coto do frequês.***

***De um casal de namorados,
Eu conheço a triste sina.
Houve um grande reboleço,
Só por causa da vacina.***

***Mas a moça era inocente
É um pouco adiantada.
Quando foi pra pretória,
Já estava vacinada.***

***O doutor foi lá em casa,
Vacinar a minha sogra.
Mas a velha era atrevida
É muito desaforada.***

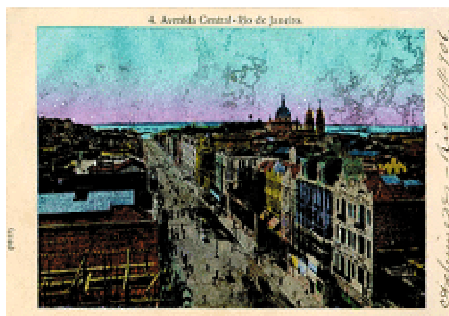
***Quando o ferro foi entrando,
A velha deu uma careta.
Houve um grande desmaio
É eu vi a coisa preta.***

***Eu disse pro doutor:
Enterre nela até o cabo,
Que a danada dessa velha
É levada do diabo.***

³⁴ Cançoneta popular divulgada pelos Teatros de Revistas do Rio de Janeiro. Ano: 1904.

Agradecimentos a Profº Dr. Mário Márcio e família p or ter resgatado esses versos no recanto da memória.

Capítulo 2. A Revolta da Vacina e a sua repercussão na imprensa recifense



Hscience - scielo-arquivo

“Quem um dia te disse que és a primeira capital da América do Sul zombou da tua ingenuidade... mais te ama e muito mais digno é da tua gratidão quem francamente te diz que és uma cidade de pardieiros, habitada por analfabetos. Ah! Quando um dia do teu seio fecundo surgir o homem fadado a reformar-te...” (Olavo Bilac em 1900, reflexão sobre o Rio.)

2.1 A reforma urbana no Rio de Janeiro

A reforma urbana modernizatória no Rio de Janeiro foi fruto dessas transformações modernizantes global. O estudo volta-se para a cidade carioca por reconhecer nessa capital a experiência mais marcante, fato esse constatado pela historiografia que trata dessa temática. Flávio Weinstein³⁵ sintetizou esse momento com muita riqueza:

“Fato constatável não apenas pela historiografia mais recente que se debruça sobre essa temática, como também pelo acompanhamento dos processos verificados em outras cidades sempre o Rio de Janeiro no seu horizonte de referência. Notadamente quando se pensava em termos de aformoseamento, de embelezamento estético – o que, para a época, era um dos paradigmas básicos das reformas

³⁵ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século**. 1994. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife: 1994, p.9-10.

urbanas, junto com o ideal higienista. De fato, as obras que se deram sob o comando de Pereira Passos tornaram-se modelares para o restante das cidades; tanto mais que, quando se falava no Rio de Janeiro, estava-se, em verdade, querendo referir-se à Paris do Segundo Império, a Paris de Haussmann. Este sim, exemplo máximo, inquestionável, capaz de legitimar qualquer pretensão reformista”.

Ao assumir o governo, Rodrigues Alves almejava sanear e melhorar o porto do Rio de Janeiro. O porto carioca ocupava o 15º lugar no ranque mundial em volume de comércio, sendo superado no continente americano por Nova Iorque e Buenos Aires. Enquanto o porto de Santos recebia a produção do Oeste paulista, o porto do Rio crescia na movimentação de importações e cabotagem. Na Era Industrial, necessário se fazia captar recursos dos estrangeiros para o Brasil, e o porto carioca era um entrave ao acesso dos investidores. A sua estrutura era antiquada, com limite do cais, pouca profundidade, docas pequenas. Havia um descompasso entre a estrutura urbana arcaica do porto do Rio e as exigências modernas. Era o progresso e, para acompanhá-lo, era preciso *“alinhar-se, com os padrões e ritmo de desdobramento da economia européia, onde ‘nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa’.* A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia.”³⁶ Para

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 29.

completar esse quadro, as ruas que davam acesso aos entroncamentos ferroviários eram vielas estreitas, tortuosas, típicas da estrutura colonial, dificultando o acesso dos produtos à rede viária. O antigo e o moderno se chocavam. Os carros que levavam os produtos se embaraçavam com charretes, carroças de burros, carrinhos de mão. O projeto de reforma do porto não poderia parar nas docas, importando também em uma remodelação urbana, abrindo espaço para a metropolização da cidade carioca. Feito isso, ainda precisava trabalhar a imagem do Rio, conhecida internacionalmente como “o túmulo dos estrangeiros”. *“O medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles”*.³⁷ Tratava-se, portanto, de gerar uma nova imagem para o Rio, a de cidade civilizada e próspera.

A capital federal era um foco endêmico. Sanear o Rio de Janeiro era ordem para aqueles dias de mudanças e agitações. Atrair capitais estrangeiros e agradar os interesses paulistas foi a meta do governo de Rodrigues Alves. Surge uma política de modelação urbana cognominada de “regeneração”, baseada na dissolução da sociedade imperial e na estruturação de um novo modelo urbano. À frente da “regeneração” estava Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, que comandou a modernização do porto do Rio; Oswaldo Cruz tinha a missão de sanear a capital federal, e o prefeito Pereira Passos, o Hausmann brasileiro, teve a responsabilidade de remodelar as feições urbanas da cidade. O padrão belle

³⁷ SEVCENKO, Nicolau. Idem, p.28.

époque ou fin-de-siècle caracteriza-se por dois aspectos, acabar com o caos urbano e implementar o controle sanitário. Para levar à frente tais parâmetros, o social foi relegado e, como rolo compressor, o projeto governamental passou por cima da população carente, enquadrando e disciplinando mentes e corpos por meio através da coerção. A cidade é um grande campo de batalha, “travou-se algo como que uma grande guerra entre distintos segmentos da sociedade, cujos hábitos, costumes, usos e comportamentos mostravam-se não apenas diferentes, mas inconciliáveis”³⁸.

Por trás de levantes e distúrbios nos centros urbanos, estão possivelmente as dificuldades econômicas, as tensões sociais e a ação da polícia. Nas últimas décadas do Império e o início da República, o Rio de Janeiro foi cenário de descontentamento popular que levaram a revoltas. Em 1874, houve a imposição do sistema métrico, levando a vários ataques aos comerciantes; seguida, em 1891, de uma insurreição contra a violência policial. Aumentos de passagem em 1901, entre outros acontecimentos, precederam um extraordinário motim urbano, a Revolta da Vacina de 1904.

O Trabalho desenvolvido por Oswaldo Cruz (Diretor Geral da Saúde Pública) procurava resolver os problemas sanitários da cidade, esbanjando eficiência nos aspectos técnicos e científicos, mas possivelmente faltou tato político e social na implantação do projeto. A vacinação adquiriu a feição de controle social, desencadeando, assim, a revolta popular.

A imposição do ordenamento e disciplinamento da cidade passa a ser compreendida como uma forma de controle da população atingida pelas reformas,

³⁸ TEIXEIRA, Flávio Weinstein, op. Cit., p.42.

que reagem através de motim, da antidisciplina, buscando alternativas de não submissão ao poder vigente. O vigiar tecnocrático, com suas práticas coercitivas, não obteve êxito na plenitude, pois não foi capaz de domesticar corpos e almas. Contudo o projeto racionalista burguês estava voltado para uma política de ordenamento, pois a classe dominante se sentia ameaçada pela raia-miúda. Flávio Weinstein conclui:

“A percepção dominante no pensamento culto da época era de uma cidade eivada de ameaças. Ameaças que provinham, sobretudo, da presença, até então inédita, de um populacho indócil e perigoso, mas ameaças que não deixavam de ter sua raízes fincadas no precário e descontrolado estado sanitário dessas mesmas cidades”.³⁹

O Rio de Janeiro se metropoliza e a população cresce vertiginosamente. O crescimento demográfico carioca deve-se ao fluxo de pessoas vindas das fazendas decadentes do Vale do Paraíba, logo após a abolição da escravidão, à imigração interna, fruto da febre da política do Encilhamento e ao anseio de muitos para encontrar trabalho, bem como aos imigrantes estrangeiros que desembarcavam no porto atraídos pelas promessas dos cafeicultores de melhoria de vida. A incerteza dessa gente, de seus destinos numa cidade febril, com limites físicos, problemas habitacionais e sanitários, trouxe a idéia de ordenamento por parte da elite governamental, e os que viviam a pressão habitacional, no dizer de

³⁹TEIXEIRA. Idem, op. Cit., p.14.

Certeau, os consumidores, valem-se da “bricolagem” na cultura dominante, criando inúmeras possibilidades de transformação dentro dela e fabricam suas próprias regras. Sevcenko, a respeito da problemática habitacional descreve o “jeitinho brasileiro” da reinvenção do cotidiano:

“[...] a enorme pressão por habitações levou os proprietários dos grandes casarões imperiais e coloniais, que ocupavam a região central da cidade, a redividi-los internamente em inúmeros cubículos, por meio de tabiques e biombos, os quais eram então alugados para famílias inteiras. Assim, transformados em imensos pardieiros, esses casarões acomodavam a maior parte da população urbana e transformavam a região central num torvelinho humano, que pululava penoso e irrequieto desde as primeiras horas da manhã, na luta por oportunidades cada vez mais escassas de sustento”.⁴⁰

O cortiço é a representação da antidisciplina, da criatividade emergencial dos usuários diante da crise imobiliária. Mas o governo queria mostrar uma outra face do Brasil ao capital estrangeiro, a imagem de um Estado liberal e em muitos aspectos positivo, da ordem, da civilidade, do progresso e da estabilidade. O turbilhão de reformas do governo Alves recebe o apoio da elite republicana que via aumentar a criminalidade urbana: assaltos, arrombamentos, homicídios, prostituição, mendicância, entre outras inseguranças sociais. A reforma urbana é

⁴⁰ SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo; Ed. Scipione, 1999, p.55

bem-vinda para a elite privilegiada. A disciplina espacial distancia os bem-nascidos dos mal-nascidos. Sevcenko conclui:

“[...] a ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos: suas roupas, seus pertences pessoais, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura enfim, tudo é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. [...] gesto brutal, disciplinador e discriminador, que separava claramente o espaço do privilégio do espaço da opressão”⁴¹.

O centro da cidade carioca, o ‘espaço do privilégio’, estava destinado a tornar-se disciplinado e sadio. Estavam, portanto, demarcados os espaços de circulação dos grupos sociais, graças à intervenção dos especialistas tecnocratas e civilizadores. A população pobre da cidade estava sendo esquadrihada. Os médicos higienistas acreditavam *“na crença generalizada de que a ‘casa imunda’, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz”*.⁴²

⁴¹ SEVCENKO. op. cit., p.59.

⁴² RAGO, op.cit., p.164.

Para Foucault, é através do antagonismo de classes que surge “a *necessidade de um poder político capaz de esquadrihar esta população urbana*”.⁴³

Ao lidar com os distúrbios populares, as autoridades não se intimidavam em usar de força e violência. Historicamente, nota-se que a violência contra pobres e trabalhadores urbanos, quando envolvidos em tumultos, era feita de maneira mais agressiva, pública e notória (fruto da impunidade a que somos sujeitos até hoje) do que se fosse empregada contra uma camada social mais ascendente. Sobre a violência em 1904, diz Marcos Pamplona:

“[...] durante as insurreições de novembro de 1904, que ficaram conhecidas como a Revolta da Vacina, o grau da violência desferida sobre os manifestantes variou imensamente, dependendo de onde eles se encontrassem e se desse o principal palco dos conflitos: se nas ruas mais transitadas e bulevares do centro da cidade ou se nas vizinhanças e bairros mais pobres – como a Saúde”⁴⁴.

É a partir do desenvolvimento das cidades que surge o medo urbano, caracterizado pelo amontoamento da população, pela construção de fábricas, pelas epidemias, pelos esgotos, pelos cemitérios que se multiplicaram e invadiram as cidades. Os problemas que as cidades passaram a enfrentar fizeram surgir a

⁴³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Gracil, 1999, 2003, p.86.

⁴⁴ PAMPLONA, Marco Antonio Villela. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.178.

medicina social que, no Brasil, se sedimenta no século XX e se fundamenta em três objetivos.

O primeiro objetivo era analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que possa provocar doenças, trazendo perigo ao espaço urbano. Nesse caso, enquadram-se os cemitérios e os matadouros. Esse objetivo toma como exemplo a reforma de Paris de 1780. Lá os cemitérios migraram para a periferia da cidade. Surgiram o caixão individual e sepulturas reservadas às famílias com a identificação no jazigo. É a normatização da morte. O mesmo ocorreu com os matadouros que se encontravam no centro de Paris e foram transferidos para os arredores da cidade.

O segundo objetivo era controlar a circulação, essencialmente da água e do ar. Estes eram considerados patógenos e, para mantê-los sadios, era fundamental criarem-se longas avenidas, derrubando-se casas que se encontravam nas pontes impedindo uma boa circulação tanto da água, quanto do ar.

O último objetivo é o que Foucault chamou de distribuições e seqüências. A preocupação era de não cruzar a fonte de água limpa com os esgotos, evitando que se tomasse, ao invés de água limpa, água de esgoto. Para isso foi elaborado em 1742 o primeiro plano hidrográfico de Paris, chamado de 'Exposé d'un plan hydrographique de la ville de Paris', estabelecendo diretrizes para a organização da saúde da cidade. Essas idéias influenciaram a inteligência médica do Brasil.⁴⁵

⁴⁵ FOUCAULT, op.cit.

O Rio de Janeiro do início do século XX, de fato, sofreu uma mutação extraordinária no campo sanitarista e urbano; interferindo substancialmente na vida da população carioca e principalmente da multidão heterogênea que trabalhava e habitava a região central da cidade. Sobre esse turbilhão de reformas Jaime Benchimol escreve:

“Além das obras de demolição e reconstrução sem precedentes na história dessa e de outras cidades brasileiras, um cipoal de leis e posturas procurou coibir ou disciplinar esferas da existência social refratárias à ação do Estado. A reforma urbana foi, na realidade, o somatório não previsto das ações de múltiplas forças, humanas e não humanas. O Rio de Janeiro que emergiu dos escombros da Cidade Velha e da conflagração social que ardeu em meio a eles – a chamada Revolta da Vacina – era diferente. Não como imaginaram os apologistas da reforma, pois a política ‘racional’, que se propôs a corrigir os erros de sua gestação ‘espontânea’, engendrou novas contradições e agravou muitas das que já existiam”⁴⁶.

A varíola, a febre amarela, a malária, a tuberculose, a peste bubônica eram intrusos morbígenos que conviviam nas habitações populares e “coletivas”, tendo nessas moradias o ambiente adequado à proliferação dos seus males. Os

⁴⁶ BENCHIMOL, Jaime. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro**. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**: O Brasil republicano, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.234.

higienistas, ainda no século XIX, foram os primeiros a perceberem as condições precárias dessas habitações e a proporem intervenções salvacionistas para a capital brasileira. Os aspectos condenados pelos médicos higienistas eram desde o que chamavam de “hábitos dos pobres” (sujeiras físicas e comportamento moral) até a especulação imobiliária que concentrava vidas humanas em verdadeiros pardieiros. Não faltavam críticas à Igreja, por enterrar os mortos em seus átrios; às ruas sujas e valas a céu aberto; às praias, por serem depósitos de fezes; à ausência de higiene em matadouros, açougues fábricas, prisões e hospitais. O Rio, no dizer de Benchimol, era “um corpo sem pulmões”. Os debates dos médicos higienistas recrudesceram com as várias epidemias que grassavam a cidade carioca, e medidas foram tomadas, particularmente pelo prefeito Pereira Passos, que melhorou a polícia sanitária e intensificou as vistorias no porto e nas habitações do centro da cidade. Com a entrada de Oswaldo Cruz na Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), as doenças como a febre amarela e a peste bubônica foram combatidas com estratégias rigorosas de uma campanha de guerra, através da coação e persuasão e pela ação dos mata-mosquitos que percorriam a cidade atrás de exterminar os focos de doença. *“A cidade foi repartida em dez distritos sanitários, com delegacias de saúde, cujo pessoal tinha a incumbência de receber as notificações de doentes, aplicar soros e vacinas, multar e intimar proprietários de imóveis, detectar focos epidêmicos”*⁴⁷.

⁴⁷ BENCHIMOL, Jaime. Op. Cit. P.272.

No caso específico da varíola, a lei que tornava obrigatória a vacina remonta ao século XIX⁴⁸, mas pelo temor que causava a inoculação do vírus variólico nas pessoas e pela falta de condições financeiras e técnicas, a vacinação, de caráter obrigatório, não era cumprida a contento. Entretanto registra-se a presença de fundamental importância do barão de Pedro Afonso à frente do Instituto Vacinogênico do Rio de Janeiro, criando, a partir da década de 1890, as técnicas necessárias para a produção da vacina animal. Dados fornecidos por Chalhoub indicam um crescimento no número de vacinações e revacinações no Rio de Janeiro, no período de 1898 a 1901, graças aos vacinadores domiciliares, que, apesar de encontrarem pela frente uma intensa má vontade e resistência por parte da população, foram à frente no propósito do serviço de vacinação domicílio-a-domicílio. O resultado dessa peleja foi, no ano de 1898, a vacinação a domicílio representar 80% das inoculações feitas (Chalhoub, 2003, p.161). O mais espantoso é que em 1904, o ano da revolta, o serviço de vacinação obteve o seu melhor resultado, vacinando 87.711 pessoas. Como explicar isso? Apesar dessa lacuna não ter sido decifrada, Chalhoub teoriza:

“Certamente, porém, em plena era de Oswaldo Cruz e de prepotência do executivo municipal, os vacinophobos estavam sendo mais acossados do que nunca e, o que é pior, principalmente no

⁴⁸ A obrigatoriedade da vacina jenneneriana no Brasil foi aplicada as crianças no Rio de Janeiro através de um decreto municipal em 1837. Em 1844 torna-se extensiva a todo Império. Com a proclamação da República, a obrigatoriedade da vacina foi renovada para crianças acima de seis meses de idade. O alcance dessa medida atinge as crianças em escolas públicas, militares, funcionários públicos, prisioneiros e menores abandonados. Ressalta Pamplona: “Entretanto, como era o caso de muitas outras leis dirigidas indistintamente ao conjunto da população, as medidas necessárias para o seu cumprimento nem sempre eram postas em prática, tornando-as por vezes apenas ‘para inglês ver’”. Obra citada, p.181.

interior de suas próprias comunidades e residências. Na verdade, é possível que a população, nos meses anteriores a novembro de 1904, estivesse vivenciando uma espécie de lei não-declarada de vacinação obrigatória. E muitos mostraram não ter apreciado em nada a experiência”⁴⁹.

2.2 A Revolta da Vacina

A urbe carioca, naqueles primeiros anos do século XX, estava sendo “esquadrinhada”. O espaço dos privilegiados se ampliava, enquanto diminuía o espaço da chamada “classe perigosa”. Para completar a fervura social, a lei que tornava a vacina obrigatória é aprovada pelo Congresso Nacional (31/10/1904). Depois disso, a pressão social estoura em forma sediciosa ao estilo parisiense: A Revolta da Vacina.

A Revolta da Vacina, como é chamada pela historiografia, foi deflagrada quando da publicação do esboço da regulamentação da obrigatoriedade da vacina contra a varíola, o “Código de Torturas” (09/11/1904). Para reforçar o argumento do governo da necessidade da obrigatoriedade da vacina, grassou, no Rio de Janeiro, no ano de 1904, um surto endêmico de varíola, levando à morte de 4201 pessoas. Porém, o que incomodava a oposição era a maneira autoritária como a regulamentação foi elaborada, sem preocupação com a preparação psicológica do povo, sem a clareza da eficiência da vacina e pela falta de preparo ético dos agentes de saúde. Argumentavam ainda os opositores, o fato de que, se o

⁴⁹CHALHOUB, idem, p.162.

governo tinha tanta certeza da eficácia da vacina, que então desse a liberdade de escolha de tomá-la ou não. Políticos como Lauro Sodré e Barbosa Lima, republicanos positivistas, atavam-se à bandeira do republicanismo autêntico contra a República bastarda dos conselheiros e barões do Império. Em seus discursos insuflantes no congresso, sobre a arbitrariedade da lei de vacinação, criaram no dia 05 de novembro de 1904 a Liga Contra a Vacina Obrigatória, no Centro das Classes Operárias. A Liga, presidida pelo médico Vicente F. de Souza, era composta basicamente por trabalhadores portuários, descontentes do Exército e colaboradores monarquistas. O objetivo principal desse movimento era debater e tomar decisões enérgicas a respeito da postura autoritária do governo na sua política sanitária tirânica. Também servia de trampolim para alguns políticos golpistas que almejavam tomar o poder.

Quando a insurreição popular inicia, a liderança política oposicionista ao governo federal tenta dar ao motim um caráter político-partidário: a população cansada das metas conservadoras dos presidentes paulistas buscava o retorno do republicanismo vibrante. Mas a revolta toma seu rumo próprio. Os amotinados viviam o drama da exclusão social. Clamavam por dignidade e respeito, não servindo de trampolim para a escalada golpista de nenhum partido. O movimento não era homogêneo, mas fragmentado. Desabrocharam, então, várias revoltas dentro da Revolta.

“Caminhou a conspiração militar-Centro das Classes Operárias, que buscava derrubar o governo; os consumidores de serviços públicos acertaram velhas contas com as companhias; os produtores mal

pagos fizeram o mesmo com as fábricas; a classe popular dos aventureiros e belicosos, como os chamou Vicente de Souza, retomou em dimensões mais heróicas seu combate cotidiano com a polícia. E todos os cidadãos desrespeitados acertaram as contas com o governo”.⁵⁰

Esse motim não desencadeou nenhuma mudança drástica na política além da suspensão da vacinação. Mas, como concluiu José Murilo de Carvalho, *“ela certamente deixou entre os que dela participaram um sentimento profundo de orgulho e de auto-estima, passo importante na formação da cidadania”*.⁵¹

A urbe carioca foi tomada pela Revolta da Vacina por quase duas semanas. De característica heterogênea, a Revolta teve dois focos de ação: o motim popular contra o despotismo estatal e a insurreição militar com a expectativa golpista de derrubar o governo de Rodrigues Alves.

O golpe militar estava marcado para o dia do aniversário do deputado Lauro Sodré, 17 de outubro de 1904, mas a imprensa antecipa-se denunciando a tentativa golpista e os sediciosos tiveram que adiar os planos.

A discussão sobre a aprovação da lei que obrigava a vacinação era acirrada. A oposição ao governo incitava a população a não aceitar passivamente, aquilo que era aos seus olhos um crime contra os ideais republicanos de liberdade e de moralidade. O Dr. Teixeira Brandão, segundo o jornal “A Província”

⁵⁰CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.138.

⁵¹ CARVALHO, idem, p.139.

(Telegrama, Rio 11 de 12/11/1904), declarou que, se as idéias do Dr. Oswaldo Cruz entrassem no regulamento, ele se alistaria entre os revolucionários. Os partidários do governo, como o deputado Medeiros e Albuquerque, incansável defensor da vacinação obrigatória, chegou a trocar apartes com Barbosa Lima na Câmara dos Deputados, por este ser contrário à vacinação obrigatória. (A Província, telegrama Rio 24 de 25/10/1904).

Nesse clima de rivalidade, no dia 10 de novembro, iniciaram-se os primeiros choques populares com a polícia. O objetivo da polícia era não deixar que parcela da população se aglomerasse formando possíveis focos de resistência. A polícia então espalhava boletins, avisando que não era permitido ajuntamento pela cidade, chegando a desmanchar os “meeting” com a violência que lhe era peculiar desde os tempos do Império. O chefe de polícia, Dr. Cardoso de Castro, mandou afixar em diversos locais da cidade o seguinte boletim:

“Estando os direitos da reunião e de liberdade de pensamento subordinados a restricções explicitas nos §§ 8º e 12º do art. 72 da Constituição da Republica, e como estejam annunciadas reuniões publicas com o fim de ser impedida violentamente a execução de regulamento ainda não expedido e ordens emanadas da autoridade legitima, pó medo de ameaças formaes de subversão do systema constitucional e com o sobresalto geral das famílias, o que tudo se conclue dos actos inequívocos dos promotores dessas reuniões, de diligencias da policia e de largas noticias insertas nos órgãos da imprensa diária desta mesma cidade, com repercurssão em todos

Estados, faço saber aos que interessar possa que mandarei dispersar quaesquer reuniões dessa natureza, nos termos dos arts. 111 e 118 do Código Penal, procedendo-se em seguida contra quem de direito na forma da lei – A. A. Cardoso de Castro⁵².

No dia 13 de novembro, o tumulto toma conta da cidade. As ruas da capital federal passaram a viver um motim à moda parisiense, de barricadas feitas por bondes derrubados, metralhas das demolições e paralelepípedos. Na área portuária, os revoltosos, chamados de quebra-lâmpioes, protagonizaram o quebra-quebra pelo centro da cidade carioca.

A resistência de alguns grupos populares era intensa, não obstante à presença de policiais, da cavalaria e de bombeiros. Os populares lutavam com paus e pedras retirados das construções; com rolhas de cortiça cedidas pelos donos de armazéns para retardar a cavalaria e com querosene oferecido pelos comerciantes portugueses que, anos antes, por ironia, haviam entrado em conflitos com a massa jacobina. Foi preciso que o Governo federal colocasse o Exército e a Marinha em ação.

Paralelamente aos conflitos urbanos liderados por um grupo de populares, os oficiais insubordinados deflagram o golpe de estado (15/11/1904). Cerca de trezentos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, liderados pelo general Travassos e pelo senador Lauro Sodré, marcham em direção ao Palácio do Catete, quando defrontam com as tropas do governo. No confronto na rua da Passagem, depois de tiroteios, a revolta militar fracassa. Enquanto isso, o governo

⁵² Jornal do Recife. Terça-feira, 22/11/1904. N°262.

ordena que os navios de guerra apontem seus canhões para o bairro da Saúde⁵³ e Gamboa. Aos poucos, a resistência soçobra e o Governo, mais que depressa, encontra uma maneira de livrar-se da massa popular considerada perigosa: despacham os rebeldes pobres em navios-prisão para o Acre e decreta o estado de sítio na capital federal, era então o dia 16 de novembro de 1904. Focos de resistência perduram por mais alguns dias, quando as forças legalistas limpam o espaço consagrado aos valores burgueses.

Com o fim da revolta, os planos do governo de remodelar o porto, modificar os traçados urbanos e sanear a cidade carioca, seguem seu curso. Ao término desse projeto, o Rio de Janeiro era uma cidade redimida. Em 1906, a capital federal sediou a 3ª Conferência Pan Americana, o bastante para mostrar ao mundo, em particular ao capital estrangeiro, o ar de prosperidade que a cidade exalava, afastando mais que depressa o passado colonial de sua história.

É importante esclarecer que esse tema já foi amplamente debatido pela historiografia recente. Diversas são as possibilidades de olhar enfocadas pelos historiadores em torno desse espetacular acontecimento. José M. de Carvalho, por exemplo, em seu trabalho⁵⁴, resgata a cidadania popular através do estudo do tempo – espaço do Rio de Janeiro naquele momento histórico, negando a visão

⁵³ O bairro da Saúde foi palco da revolta popular carioca. Símbolo da resistência contra a lei que tornava a vacinação obrigatória, esse bairro era composto por terrenos pertencentes à Marinha e à Igreja Católica. No período em questão a população passou a chamar o bairro da Saúde de Porto Artur, referindo-se à batalha ocorrida em 1904 na guerra russo-japonesa (1904-1905) em que os russos tendo tomado a cidade de Porto Artur resistiram até o fim aos ataques japoneses. Apesar desse bairro ter o nome Saúde era, contrariando o próprio nome, um dos bairros mais insalubres do Rio de Janeiro.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

agostiniana, em que o maniqueísmo inviabiliza qualquer noção de cidadania, trazendo sempre a visão dicotômica de um Estado como mal necessário e o povo como bestializado. Em outras palavras, o estudo desse renomado historiador concentra-se em compreender o imaginário político do povo e qual a sua prática política. Nicolau Sevcenko⁵⁵ utiliza-se do mesmo cenário – Rio de Janeiro – enfocando a revolta da vacina à resistência popular ao processo de transformação capitalista por que vinha passando a cidade carioca. Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril*, além de elaborar uma síntese bastante rica a respeito da historiografia atual sobre o episódio da Vacinação Obrigatória, viabiliza um outro enfoque do motim, *“os descaminhos técnicos e burocráticos do serviço de vacinação em todo um século de história”* e as práticas de variolização feitas pelos negros secularmente para combater a varíola:

“Um dos mananciais da revolta seria, então, o culto a Omolu, o orixá que tinha o poder de espalhar a doença e, ao mesmo tempo, de defender ‘seus devotos de estragos maiores [...] por meio da inoculação ritual de material varioloso’. Criar obstáculos à ação dessa divindade ou impor a vacina animal preparada no Instituto Vacinogênico significava devastação e morte para esse grupo social”.⁵⁶

⁵⁵ SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁵⁶ BENCHIMOL, op. Cit. P.276, 2004.

Embora Chalhoub admita que as fontes historiográficas revelem ser negros e escravos as maiores vítimas da varíola, não encontrou na documentação informações a respeito de negros praticando a variolização ritual no Brasil imperial.

Além desses, não podemos esquecer o trabalho de Teresa Meade (Community protest in Rio de Janeiro, Brazil, during the first Republic, 1890 – 1917) que situa a revolta na tradição popular de resistência às políticas de saúde pública do Estado e Jeffrey Needel (The revolta contra vacina of 1904: the revolt against 'modernization' in belle époque Rio de Janeiro) que entende essa revolta como sendo fruto do racismo e da problemática da repressão à cultura afro-brasileira.

A contribuição desse trabalho está em estudar as repercussões do motim urbano carioca no Recife e em compreender o rumo que foi dado ao movimento na capital pernambucana. Quando estoura a sedição no Rio, o país não está dormitando indiferente aos acontecimentos da capital federal. O Jornal Pequeno, por exemplo, noticia que, no Paraná, no Amazonas, no Pará, na Bahia e em Pernambuco, ocorreram diversos manifestos a favor da Revolta da Vacina. Apesar de a sedição no Rio de Janeiro ter caráter heterogêneo, as manifestações no Recife foram possivelmente de menor heterogeneidade. A vacinação obrigatória era a ponta do iceberg de uma problemática muito maior. A república que foi instaurada não era a idealizada pelos republicanos históricos. Primeiro veio a República de versão militar e depois a dos conselheiros. A república idealizada por

Benjamin Constant, pensada e projetada no futuro próspero da nação brasileira que garantiria a ordem material, a inclusão do proletário à sociedade, a liberdade da religião, da ciência e da educação diante do monopólio da Igreja e do Estado, estava longe do imaginado pelos seus propagandistas e fundadores. O que a juventude acadêmica do Recife almejava naqueles dias efervescentes de novembro de 1904 era a possibilidade de trazer à tona a sonhada república de Benjamin Constant, tendo em Lauro Sodré a personificação de herói, a própria encarnação de Benjamin, que salvaria o país da república falsificada que se apoderara da nação.

Para tanto, foram analisados os jornais A Província, Jornal Pequeno, Jornal do Recife e Diário de Pernambuco, pesquisados na Fundação Joaquim Nabuco, priorizando o início do século XX com ênfase ao ano de 1904.

2.3 Os acontecimentos do Rio: repercussão na imprensa recifense

A notícia de que no Rio de Janeiro está ocorrendo uma revolta chega ao Recife por telegramas expedidos pela Western Telegraph por cabo submarino e pelo telegrafo nacional. Os jornais compram as informações da central de telégrafos e dedicam-lhes uma coluna, às vezes, até duas colunas, e lançam-nas na primeira página de seus respectivos periódicos. Assim era a prática cotidiana

dos jornais: Pequeno, do Recife, A Província e Diário de Pernambuco. Muitas notícias sobre os acontecimentos no Rio eram copiadas pelos jornais locais dos jornais cariocas, como O Paiz, A Tribuna, Jornal do Commercio, A Gazeta de Notícias e o Correio da Manhã.

O jornal do dia lançava sempre os telegramas do dia anterior. Os editores desculpavam-se com o leitor quando o telegrama já era de dois dias atrás. Alertavam que esse descuido era da Wester Telegraph, que não prestara o serviço a tempo de ser publicado.

Os telegramas que antecederam a Revolta já denotavam efervescência discursiva da parte de deputados e médicos em torno do projeto de regulamentação da vacina. O Jornal do Recife de 12 de setembro de 1904, nº 255 lança um telegrama retardatário do dia 10, em que dizia:

“A Noticia abriu um inquérito sobre o projecto de regulamento da obrigatoriedade da vacina, formulado pelo sr. Seabra.

Os drs. Miguel Couto e Feijó consideram o regulamento como violento e portanto inexequivel.

Todos os medicos a quem tenho ouvido manifestam-se de inteiro accordo com a opinião daquelles dois clínicos”.

O discurso desses médicos não enfoca a eficácia da vacinação, maso fato de ser um projeto de regulamentação antidemocrático.

Havia também quem defendesse, no setor médico, os interesses do Governo: *“Na camara dos deputados, o sr. Medeiros e Albuquerque discursou hoje a favor da vacinação obrigatória, trocando vehementes apartes com o sr. Barbosa Lima”*.⁵⁷

O jornal A Província, ainda em setembro de 1904, extrai “Do Brasil Médico” – revista científica - um artigo do Dr. Antonio Mello, intitulado “Hygiene Publica Vacinação Obrigatória”, em que mostra ser a temática em questão já a muito debatida em países como França, Alemanha e Inglaterra. E que, nessas nações, não se discute mais sobre a adaptação ou não da vacinação obrigatória à índole do povo desde que a ciência declarou ser a vacinação obrigatória o melhor meio profilático no combate à varíola. “[...] trabalho insano e esforço inútil, provar a utilidade da vacinação contra a varíola, porque é uma coisa evidente e não contestada por argumentos científicos. [...] a estatística prova ser o contágio mais temível do que os raros acidentes graves da vacinação”. Esse médico deixa transparecer o lugar das suas argumentações, o lugar da ciência:

“Na epidemia reinante o maior número de casos mortais de varíola são encontrados entre os não vacinados. Quem se recusa a ser vacinado expõe voluntariamente a uma infecção mortífera e contagiosa”.

Voltando à questão do projeto de regulamentação da vacinação obrigatória, estava prevista fiscalização rigorosa aos atestados que seriam emitidos pelos médicos. Isto só fez aumentar a celeuma entre os médicos e o Governo por aqueles se sentirem fiscalizados pelo projeto de civilização burguês: *“A classe*

⁵⁷ A PROVÍNCIA.PERNAMBUCO Recife. Terça-feira, 25 de Outubro de 1904 ANNO XXVII N.240. Rio, 24.

medica está justamente indignada com a fiscalização que, segundo o projecto de regulamentação da vaccina, vae ser exercida sobre os seus attestados".⁵⁸

As bancadas políticas também se aproveitavam do momento para se projetarem. Uns se colocavam como defensores do ideal republicano da "geração 70", e outros abraçavam o projeto das novas elites (ricos fazendeiros de café do Sudeste), que defendiam a modernização a qualquer custo. Esses últimos deram bases sociais e econômicas à elite científica e tecnocrática inspirada no rígido racionalismo positivista.

Euclides da Cunha, republicano histórico, decepcionado com a recém-nascida república, argumentava sofrer a nascitura de *"sintomas mórbidos de uma política agitada, expressa no triunfo das mediocridades e na preferência dos atributos inferiores, já de exagerado mando, já de subserviência revoltantes"*.⁵⁹

No telegrama lançado pelo Jornal do Recife de 12 de Novembro, é possível perceber as correntes de pensamento a respeito da obrigatoriedade da vacina:

"O sr. Bricio Filho, deputado por Pernambuco, discutindo o orçamento do interior, atacou com vehemencia o regulamento da vaccina obrigatória, denominando-o uma afronta á Constituição.

Finalizando o seu discurso o sr. Bricio censurou a attitude assumida na questão pelo dr. Oswaldo Cruz, director de hygiene.

A oração do representante desse Estado provocou grande numero de apartes da maioria".

⁵⁸ JORNAL DO RECIFE. PERNAMBUCO Recife. Sabbado, 12 de Novembro de 1904. N. 255.

⁵⁹ SEVCENKO APUD EUCLIDES. Op. cit., p.16

O discurso da situação também era visível: *“Na camara dos deputados, o sr. Medeiros e Albuquerque discursou hoje a favor da vaccinação obrigatoria, trocando vehementes apartes com o sr. Barbosa Lima”*.⁶⁰

As discordâncias no governo também existiam. O ministro do interior, José Seabra, vivia se estranhando com Dr. Oswaldo Cruz:

“O ministro do interior declarou que as informações publicadas por diversas folhas sobre o regulamento da lei de vaccina obrigatoria representam apenas as idéias do diretor de saúde publica, dr. Oswaldo Cruz, sobre o assumpto, não sendo de forma alguma um resumo do mesmo regulamento, que tem de ser elaborado por elle ministro”.⁶¹

As vozes dos sanitaristas, políticos, tecnocratas fazem-se ouvir através de discursos, e as idéias circulam. É importante salientar que, em toda sociedade, a produção do discurso é controlada por procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos. Os discursos de políticos e higienistas nesse período estão inseridos numa grade e complexa rede de procedimentos de exclusão e interdição que se transmuta constantemente. Diz Foucault:

⁶⁰ A PROVÍNCIA.PERNAMBUCO Recife.Terça-feira, 25 de Outubro de 1904 ANNO XXVII N.240.Rio, 24.

⁶¹ A PROVÍNCIA.PERNAMBUCO Recife. Sexta-feira, 11 de novembro de 1904. ANNO XXVII N. 254.TELEGRAMAS. Rio, 10.

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.⁶²

Os telegramas transcritos nos jornais da capital pernambucana também relatam o dia-a-dia da cidade carioca, dando cobertura aos tumultos daqueles dias de novembro de 1904. Como não bastassem os telegramas, os principais jornais do Recife traziam, na primeira página dos seus periódicos, reportagens completas sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro.⁶³ E não faltou o discurso dos redatores nos possíveis editoriais que distinguia a parte informativa da opinativa. É nesse espaço de jornal que se sente a opinião e a crítica de cada periódico sobre acontecimentos considerados de relevo pelos redatores.

Comumente, os jornais recifenses afixavam boletins nas árvores da rua Quinze de Novembro, tendo a dita rua, segundo o Jornal ‘A Província, no dia 16 de novembro de 1904, extraordinária aglomeração de populares que esperavam

⁶² FAUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 1996.

⁶³ A PROVÍNCIA. PERNAMBUCO Recife. Quarta-feira, 23 de novembro de 1904. ANNO XXVII N. 263 (capa). Rio, 10. JORNAL DO RECIFE. PERNAMBUCO. Recife. Terça-feira, 22 de Novembro de 1904. N. 262(capa).

avidamente saber notícias do Rio. Esses boletins, muitas das vezes, eram rasgados, o que levou 'A Província' a criticar tal atitude: "Nos parece censurável intolerância".

O Recife agitava-se. O Partido Revisionista de Pernambuco telegrafa para o Senador Lauro Sodré, um dos líderes dirigentes da Liga Contra a Vacina Obrigatória, aderindo à atitude do republicano. O Club Lauro Sodré, com sede na capital pernambucana, fica em sessão permanente desde o dia 15 de novembro à noite. Os vivas a Lauro Sodré eram ouvidos em todas as partes na rua 15 de Novembro. E eram marcados comícios em seu apoio contra a vacinação obrigatória.

Diante de tudo isso, não faltava humor. O dono das "Garrafas de Água Sameiro", aproveitando as agitações daquele dias, faz a propaganda do seu produto de maneira bastante pitoresca:

"Todo esse barulho ardente

Lá no Rio de Janeiro

Tem um remédio somente

Garrafas de – AGUA SAMEIRO “.

Deposito: Márquez de Olinda, 3, 1º Andar.

Relata 'A Província ' que, às 12 horas, do dia 15 de novembro, foi pregada, na gameleira existente em frente ao Jornal Pequeno, uma caricatura do Dr. Rodrigues Alves, acompanhada de quadrinha satírica, com o que "folgaram imenso" os populares.

O Jornal do Recife de 19 de novembro de 1904, na primeira página, terceira coluna, abre uma matéria opinativa intitulada “Acontecimentos do Rio”. Nela, culpa alguns jornais da capital federal por produzirem “discursos incendiários”, “proclamações demagógicas” e “artigos revolucionários” que levaram às conseqüências traduzidas nas cenas desenroladas na cidade carioca:

“A desorientação e o despeito causaram essa revolta logo jugulada pelo governo, mas que no entanto fez correr o sangue generoso da mocidade e perturbou a vida nacional por alguns dias”. O jornal coloca-se em defesa do governo: “sem uma razão de valor procurou-se derrubar o governo e quiçá as instituições, esquecendo esses que assim procederam que só a paz produz beneficos resultados e que no momento actual é impatriotico atirar o paiz a aventuras de resultados problemáticos”.

Lastima a participação do Dr. Lauro Sodré no motim, por reconhecer nele um republicano de valor e por ele ter “obrado” no 15 de Novembro. No entanto, não lhe poupa críticas, pois o momento era outro: a ordem. E essa ordem, princípio angular da república positivista, estava em jogo:

“Pena é que um republicano de valor, um cidadão cuja vida tem sido toda de dedicação pela obra de 15 de Novembro, tenha sido um dos principaes promotores do levante, consentido assim numa

exploração contra a república e sacrificando inúmeros moços da Escola Militar sempre promptos a se baterem pelas grandes causas. Inexperientes e ardorosos, elles, os moços, acreditaram no dr. Lauro Sodré e marcharam restabelecer os direitos que aquelle cidadão affirmavam terem sido postergado”.

A Província critica o Jornal do Recife, (de propriedade do Governador de Pernambuco, Sigismundo Gonçalves) por não ter noticiado as arruaças ocorridas na capital pernambucana em seus editoriais, chamado de Gazetilhas e ironiza o estranho apoio do governo do Dr. Sigismundo Gonçalves ao governo do Dr. Rodrigues Alves, já que permitia “[...] *em seus domínios todas as provas de solidariedade aos revolucionarios, gritos, balas e pedras*”. Comenta ainda que o Jornal do Recife, ao apoiar o Governo federal na edição do dia 19/11/1904, penitencia-se e ressent-se do desequilíbrio de sua firmeza e das cautelas do Dr. Sigismundo Gonçalves. Cautela essa que, por quase três dias de tumultos no Recife, os habitantes dessa cidade viram-se à mercê da inércia e do abandono do governo, pois ficaram expostos aos perigos das agitações populares. Conclui dizendo que o governo não tomou nenhuma providência para assegurar a ordem no Recife.

O Diário de Pernambuco, de propriedade do Conselheiro Rosa e Silva, ataca os positivistas por “incitar o povo contra a vacinação obrigatória”. Vem em defesa da obrigatoriedade da vacina e do Governo federal, entendendo que a única maneira de conter a varíola seria a vacinação obrigatória. Enfatiza que entre a teoria comtista e a ciência moderna prefere o Instituto Vacínico à sinagoga da

rua Benjamin Constant. A resposta dos positivistas veio de imediato. Luciano Godofredo, membro da Igreja Positivista, responde as críticas com veemência: “[...] os positivistas devem procurar sopitar tanto quanto possível os ímpetos de revolta {...} por mais justificavel que elle possa parecer ao criterio revolucionario do povo, incluindo nessa digna abstenção de uma attitude anarchica os processos de pura critica e de insultuosa intriga, habituaes a todas as oposições”⁶⁴

Por sua vez o Jornal Pequeno, de propriedade do Sr. Thomé Gibson, ataca o Diário de Pernambuco por fazer chegar ao leitor notícias do Rio de Janeiro favoráveis ao Governo federal, relatando o fim do conflito. E “A Província” ironiza o Diário de Pernambuco por ter, na edição de domingo 20 de novembro, declarado ser contrário ao movimento revolucionário no Rio de Janeiro: *“Eis o solene anathema do orgão official de propriedade do sr. Rosa e Silva: << Felizmente a attitude corajosa e patriótica do governo da República conseguiu abafar o movimento>> Pouca, sed bona...”*

Por trás desses jornais, havia demarcação política, relação de poder que fazia da imprensa o campo de atuação de idéias e objetivos claramente estabelecidos.

O editorial do Jornal Pequeno do dia 18 de novembro, intitulado “Um Protesto”, expõe a posição política do periódico, apoiando “a audácia dos revolucionários” cariocas, ovacionando seus líderes e duvidando da vitória do Governo. Inicia o artigo enfatizando a posição política do jornal:

⁶⁴ Jornal Pequeno- 18/11/1904.

“A nossa attitude política diante dos acontecimentos que se desenrolaram no Rio de Janeiro não necessita de explicações.

Somos apreciadores immaculado do dr. Lauro Sodré e não foi a sua tentativa de salvação da república que aos nossos olhos destacou a grandeza cívica desse querido discípulo de Benjamin Constant, o ídolo de nossa adoração, o exemplo de nossas idéas”.

O Jornal Pequeno assume sua posição política, mas defende-se diante das arruaças que paralisaram o comércio. “*Os redatores do Jornal Pequeno não pactuaram com as selvagerias de ante-hontem e hontem nem pactuaram com vagabundos e desordeiros*”. Reclama ainda o direito de liberdade de imprensa e que o estado de sítio não incluía Pernambuco, portanto a palavra, escrita ou falada, era direito de todos. O jornal sai em defesa não só dos seus redatores como também dos jovens acadêmicos que, por várias vezes, utilizaram a sacada do Jornal Pequeno:

“Evidencia-se, pois, que nem os moços academicos nem os redatores do Jornal Pequeno aconselharam ou aplaudiram desordens, o que não se compadece com a pureza de espírito da mocidade estudiosa nem com a axacta consciencia de nossos deveres na imprensa”.

Em ‘Palestras de esquina’, o redator do Jornal Pequeno, de forma descontraída e irônica, insinua o posicionamento político do conselheiro Rosa e

Silva como um estadista de “todas as idéas e de todos os programas”, mantendo-se sempre no poder. Reproduzo alguns trechos mordazes desse artigo:

“[...] - Admiro o tino do Rosa! Que político de genio!

- É sempre assim... Apoiou o governo de Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes, Manoel Victorino, Campos Salles, todos os governos, todas as idéas, todos os programmas.

“[...] Há pouco uma correspondência do Rio comparou o Rosa ao márquez de Olinda.

- Em que folha?

- No Jornal do Recife...

- Ao márquez de Olinda?!!

- Sim, senhor: ao márquez de Olinda.

- - E era assim o velho estadista pernambucano?

- Não!... O conselheiro Salta Martinho é um Araujo Lima pelo avesso...

- Voltemos a revolução... O Rosa esteve dentro?

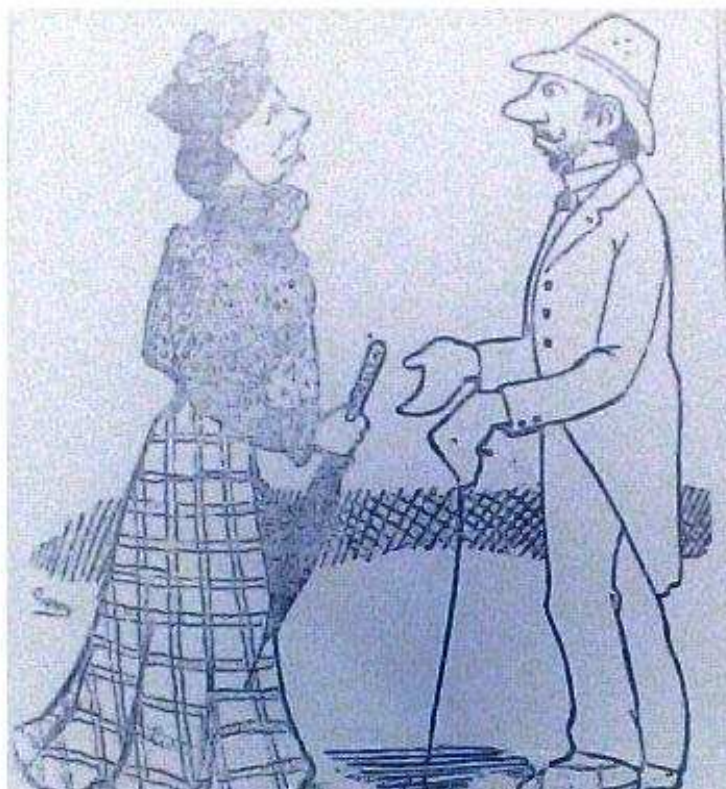
- Dizem no Rio...

- E o Rodrigues Alves?

- Anda meio desconfiado e olha o homem de esquelha...”

O Jornal Pequeno faz críticas não só ao Conselheiro como a alguns jornais da capital pernambucana que se posicionaram simpáticos ao movimento carioca, mas que, diante da derrota dos sediciosos, passaram a

condenar a revolta, colocando-se ao lado do Governo federal. É o que mostra a charge do dia 19 de novembro:



- Que horror d. Angelicza!... Estamos n'uma republica de quebra-lâmpioes... E mulheres vestidas de homens a apedrejarem a iluminação da cidade!... Onde se viu disto?

- Isto é uma republica de quebra-lâmpioes e de mais algumas cousa ruim, sr. Procópio... Nós as mulheres somos monarchistas mas os senhores homens ninguem sabe o que elles são. Por exemplo: o que se acaba de dar no Rio... Enquanto as noticias vindas do Rio erão dubias sobre a situação do governo, ninguem condemnava a rebellião nem pregava as virtudes da legalidade... Agora que os revoltosos foram batidos è que certos jornaes condemnam a rebellião... Porque não fizeram isto antes de conhecida a derrota de Lauro e do Travassos?

- Ah! d. Procópio!... É a lei das conveniencias... Esperavam pelo resultado... Se o Lauro fosse victorioso, hosannas ao Lauro., mas como victorioso foi o Rodrigues Alves, viva o Rodrigues Alves! Isto è que o verdadeiro republicanismo...

Dessa forma, os principais jornais do Recife posicionam-se frente à Revolta da Vacina de acordo com suas idéias e conveniências. Além de contribuírem para as agitações no Recife que culminam em arruaças na capital pernambucana.

CAPÍTULO III. A OBRIGATORIEDADE DA VACINA E AS ARRUAÇAS NO RECIFE DE 1904

3.1 Recife do início do século XX

A transição do trabalho escravo para o livre, nas lavouras brasileiras do final do século XIX, e a onda migratória da população rural para as cidades acarretaram um alto índice demográfico. A população de ex-escravos e brancos pobres passou a constituir a camada marginalizada dos grandes centros urbanos. Para justificar a exclusão social e, portanto, o direito ao mundo do trabalho, é que intelectuais brasileiros distinguiram o estereótipo do branco e do não branco no país. Diz Carlos Miranda:

“Os elementos não brancos passam a ser estereotipados como indolentes, bebedores e não persistentes ao trabalho. Em contrapartida, elege-se o modelo branco como sendo o trabalhador ideal e apela-se para uma política migratória sistemática, alegando-se a necessidade de se dinamizar a economia através da importação de trabalhadores europeus e capazes de suprir, com a sua mão-de-obra, as necessidades da sociedade brasileira. A ideologia do “branqueamento” começa a ser propagada pelas elites”⁶⁵.

⁶⁵ MIRANDA. Carlos Alberto Cunha. Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife no início do século XX. Revista Clio, Recife, 2003, p.2.

Com a ideologia eugênica, estabelecia-se a base dos aptos e dos não aptos ao universo do trabalho.

O Recife sente o peso do êxodo rural. Trabalhadores do campo, em especial os pequenos lavradores, atingidos pela modernização no setor açucareiro com as instalações das usinas, vão para a capital pernambucana em busca de empregos e o que encontram é o setor industrial encharcado. Resta a marginalização e a economia informal. Como não havia, à semelhança do Rio de Janeiro, uma política habitacional por parte do governo estadual que favorecesse a camada popular, a solução encontrada foi habitar os velhos casarões coloniais do Bairro do Recife e os manguezais, formando os mocambos. Para a elite recifense, estava estabelecido o foco epidêmico e endêmico da urbe, motivo pelo qual os mocambos eram alvo de críticas dos sanitaristas. E não faltava na elite local quem desejasse destruí-los. Contudo, somente no governo do interventor Agamenon Magalhães é que, de fato, foi posta em prática a destruição em massa dos mocambos, com a criação, em 1939, da Liga Social Contra o Mocambo.

Dentro do cotidiano dos mocambos, havia os pobres, na sua maioria brancos, aptos ao mundo do trabalho, que estabeleciam laços de solidariedade típicos da vizinhança. Carlos Miranda chega a citá-los como sendo “*sapateiros, pedreiros, lavradores, prostitutas, domésticas, costureiras, jornaleiros, motorneiros, eletricitas, engraxates, pescadores, operários, vendedores e muitos outros trabalhadores*”.⁶⁶

⁶⁶ MIRANDA. Op. Cit., p.3.

Com a chegada do século XX, a onda modernizadora, o avanço capitalista e o ideal de progresso atingem o Recife, que não poderia fugir a esse contexto, “a sua história está atravessada por momentos de deslumbramentos e fantasias sobre o seu futuro possivelmente moderno, pelo medo de vê-la distante das tradições e o desejo de reafirmar o seu passado profundamente idealizado”.⁶⁷ Em 7 de abril de 1904, assume a administração do governo de Pernambuco o Desembargador Sigismundo Antônio Gonçalves, que nomeou, para prefeito da cidade do Recife, o Comendador Eduardo Martins de Barros. A vontade política desse Comendador revelou-se na limpeza das praças, no recorte da Rua Cabugá, na mudança na fachada da Matriz na Rua do Hospício, no alargamento da Rua 7 de Setembro, na abertura da Rua de Santo Amaro e na lei votada pelo Conselho Municipal, determinando que o lixo domiciliar teria de ser posto nas calçadas, em depósitos com tampa, à espera das carroças recolhedoras. Essa lei trouxe crítica ferrenha à administração do Comendador que não foi poupado da maledicência de sua época.

Diz Mário Sette no seu ‘Arruar’: “Explodiram as queixas: Despotismo, violência! Gastar dinheiro em latas catitas para o cisco! Um escândalo! Insinuara-se até que o Prefeito era sócio de uma loja de artigos de folha-de-flandres”.⁶⁸ Mesmo tendo disciplinado o lixo urbano, havia local em que a carroça recolhedora não passava e, segundo a entrevista dada pelo prefeito ao Jornal Pequeno, em novembro de 1904, isso só seria sanado no próximo exercício.

⁶⁷ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. 1992. Tese (Doutorado). Departamento de História. Programa em Pós-Graduação de História. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo: 1992, p.25

⁶⁸ SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. 3.ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, v. XII), p.53.

Essa mudança nos costumes trouxe críticas da população ao prefeito que, por sua vez, continuou com seu projeto de modernização. Nessa dita entrevista ao *Jornal Pequeno*, o prefeito do Recife, quando perguntado sobre o aformoseamento da cidade, responde: *“Desejo tornar sempre mais aprazível a capital e os subúrbios, e é assim que tenho tomado energicas medidas sobre a edificação, recommendando a maior fiscalização possível para que não sejam infringidas as posturas municipais”*. Seguindo as posturas, o prefeito tenta melhorar a fiscalização aos açougues (exige o revestimento das paredes com azulejos, o asseio das vestes dos magarefes, niquelamento dos grampos que prende a carne e o ladrilho em mosaico em declive para escoamento das águas) e aos matadouros, que deveriam seguir a Inspetoria de Higiene. Sua administração não deixou de receber desagravos.

Havia um esforço para melhorar os serviços, mas os problemas eram imensos. Quando, por exemplo, o forno incinerador ia para a manutenção, havia um descontrole na regularidade do serviço, motivo de se pleitear junto ao governo do Estado um outro forno igual, ou melhor, em eficiência.

Na tentativa de melhorar o traçado urbano, a prefeitura pretendia derrubar uma parte do edifício da Igreja do Corpo Santo. Possivelmente, a maior grita deve ter partido das irmandades das Almas e do Santíssimo Sacramento que funcionavam naquele local. Nessa entrevista ao *Jornal Pequeno*⁶⁹, o comendador Martins de Barros comentou: *“trata-se de derruir uma pequenissima parte do edificio, na qual existe apenas o nicho que se ornamenta, de anno em anno, por ocasião da procissão de Passos. Esse nicho será apenas recuado com a futura*

⁶⁹ *Jornal Pequeno*, 29/11/1904, N.268.

parede limitativa do edificio, no ponto a que nos referimos". O fato é que, com as reformas do porto do Recife, a Igreja do Corpo Santo, onde existira a primitiva ermida de São Telmo, foi abaixo em 1914 e suas irmandades transferidas para a Igreja da Madre de Deus. Indignado, desabafa Mário Sette: "demolição inútil, espetacular, lamentabilíssima, porque, quanto aos Arcos, perdíamos uma característica arquitetônica de nossa cidade e monumentos de sentido histórico e religioso, coisa perfeitamente evitável sem nenhuma quebra da beleza nem do tráfego do Recife atual".⁷⁰

A modernidade chegara. O Recife tinha de parecer com o Rio de Janeiro do Prefeito Pereira Passos. As picaretas passam atuar, e o velho Bairro do Recife transforma-se, com a desapropriação de casas residenciais e negócios. Sobrados são fechados; trapiches desmanchados. A Lei Municipal nº 378, de 14 de Julho de 1904, autorizava a Prefeitura Municipal à desapropriação de alguns prédios da rua do Cabugá, visando ao seu aformoseamento. Quatro prédios dessa rua pertenciam ao patrimônio da Santa Casa de Misericórdia que recebeu, da Prefeitura, uma indenização de cento e setenta contos de réis em apólices municipais, de um conto de réis cada uma e juros de 8% ao ano. O solo onde se achavam esses edifícios pertencia a Antonio Gonçalves de Azevedo, que também foi indenizado. Esse é o Recife das primeiras décadas do século XX. O olhar de Mário Sette sobre esse tempo é maravilhoso e expressa bem o momento conjuntural em questão. Eis:

⁷⁰ SETTE, Mário. Op. cit., p.54. No bairro do Recife havia vários arcos que começaram a ir ao chão desde 1850, quando da derrubada do arco do Bom Jesus.

“Pouco a pouco desaparecia aos olhos não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado. Comerciantes gordos de contos de réis, marinheiros de várias gradações, peregrinas do amor caro das pensões da Lingüenta, famílias modestas das habitações baratas em últimos andares de sobrados, quintadas e vendolas, quiosques a barracas, “raparigas” de fáceis leitos e pequenas pagas, arraigados moradores da freguesia por devotos do Senhor dos Passos ou da conceição do Arco, tudo, tudo se deslocava enquanto as picaretas golpeavam e os tetos se abatiam”.⁷¹

3.2 A epidemia da varíola no Recife – 1904

O Recife do início do século XX não precisava apenas de remodelação urbana, de aformosear-se. No campo sanitário, muito era preciso fazer, principalmente no que diz respeito às epidemias que grassavam a cidade. Em setembro de 1904, explode um surto epidêmico de varíola na capital. Segundo Otávio de Freitas, a epidemia da varíola no Recife, de 1904 a 1905, chegou a 4.874 óbitos. E Luiz Carlos Diniz relata em seu livro⁷² que, no ápice do surto, o Hospital de Santa Águeda (foto 5), hoje Hospital Osvaldo Cruz, chegou a ter 300 variolosos internados. O estranho dessa epidemia é o fato de os jornais da capital

⁷¹ SETTE, Mário. *Idem*, p.55.

⁷² DINIZ, Luiz Carlos. **A história do hospital de Santa Águeda**. Recife: Hospital Osvaldo Cruz, 1994.

pernambucana não informarem à população o que estava ocorrendo. A não ser a publicação quinzenal dos quadros estatísticos da mortalidade na cidade elaborados pelo demografista Dr. Otávio de Freitas, o resto era completo silêncio. E o pior é que, além da varíola, outras doenças zimóticas atacavam a urbe recifense. Para se ter uma idéia, na quinzena de 16 a 30 de junho de 1904, morreram no Recife 552 pessoas, sendo 245 de disenteria; 49 de tuberculose; 26 de varíola; 15 de malária; 6 de beribéri; 4 de lepra; 2 de cancro; 4 de sífilis; 2 de septicemia e um outro caso não identificado, totalizando 354 casos.⁷³ Na segunda quinzena de novembro do mesmo ano, de 311 óbitos, 170 foram de moléstias zimóticas. Entre as campeãs estão a varíola com 89 óbitos, a tuberculose com 43 e a malária com 15. Se a classe letrada não fora informada pelos periódicos das epidemias, restam-me algumas conclusões. Ou as doenças passaram a ser vistas como lugar comum, fazendo parte dos usos e costumes da cidade, ou o descaso se generalizava. Nem articulistas nem médicos. O silêncio continuava. A população transitava entre a desinformação e a ignorância.

O Dr. Octavio de Freitas⁷⁴, ao fazer um estudo comparativo do coeficiente geral da mortalidade nas quatro grandes cidades brasileiras de mais de 100.000 habitantes no ano de 1904, impressiona-se com o:

“[...] excesso dizimo mortuario do nosso Recife que occupa um dos mais elevados logares da escala”. Para cada mil habitantes o coeficiente de óbitos no Rio de Janeiro é de 15, São Paulo 16,

⁷³ Diário de Pernambuco, 6 de Julho de 1904, N. 148.

⁷⁴ FREITAS, Octavio. **Os nossos médicos e a nossa medicina**. Recife: 1904, p.13.

Salvador 17 e o Recife 33. O índice de mortalidade no Recife é duas vezes maior do que as demais capitais estudadas. Dado estatístico exagerado ou não, “justifica a fama que gosamos de habitar – uma cidade insalubre, uma localidade que precisa ser saneada convenientemente”.⁷⁵

Os altos índices de mortalidade causados pelas precárias condições sanitárias obrigaram o governador a priorizar também em sua gestão, o setor de higiene e saúde. Constancio Pontual foi nomeado para Inspetor de Higiene. O governo deu-lhe condições de combater uma epidemia de disenteria que atacava o Estado. Foram criados postos médicos não só na capital como no interior, fornecidos medicamentos aos indigentes, amenizando o problema, mas outras epidemias mais sérias grassaram o Recife; como a peste bubônica, a varíola e a tuberculose, dificultando o trabalho na área sanitária.

O relatório de 1906 do diretor do serviço sanitário da Santa Casa de Misericórdia (foto 4), relata fatos preciosos de um hospital da época, o Hospital de Santa Àgueda, destinado ao isolamento dos doentes atacados de moléstias contagiosas. A criação desse hospital foi autorizada pela provincial N° 1390 de 2 de maio de 1879, sendo oficializada a compra de um prédio e sítio à travessa de João de Barros, pelo governador da província, Desembargador José Manoel de Freitas, em 26 de julho de 1884. Em agosto desse mesmo ano, o hospital passa a funcionar. O reverendo da Penha, Frei Venâncio Maria Ferrera, em 17 de

⁷⁵ FREITAS. Idem, p. 18.

setembro de 1884, doa uma imagem de Santa Águeda, Padroeira escolhida para o dito hospital⁷⁶.

Diz o relatório de 1906 que o dito hospital estava situado num grande terreno afastado duzentos metros da via pública composto por dois pavilhões destinados, o da direita para os homens, e da esquerda para as mulheres.

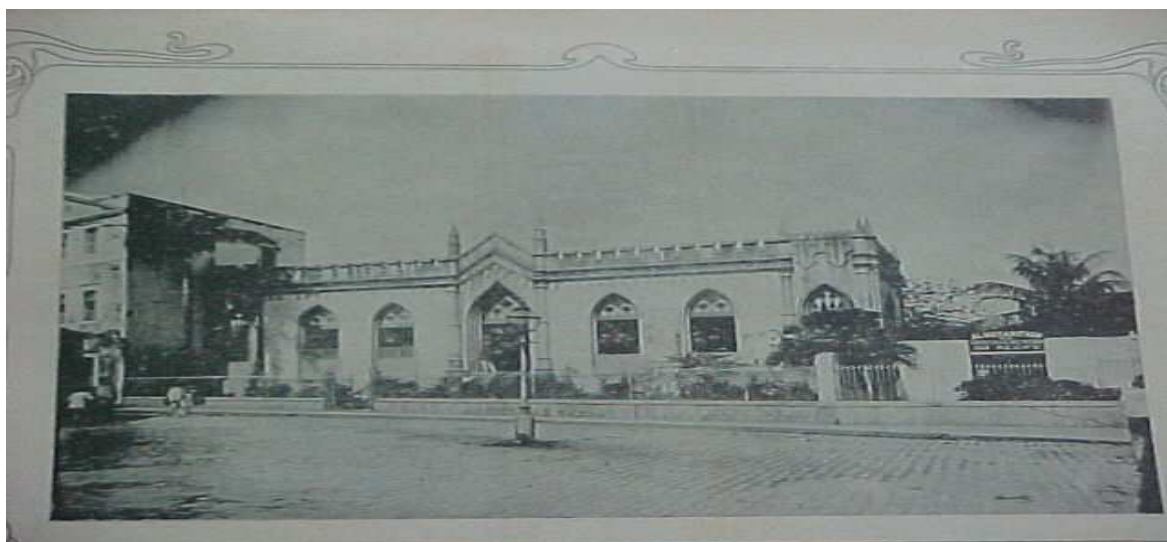


Foto 4. Santa Casa de Misericórdia. Foto do Relatório da S. Casa. Biênio 1904-1906. APEJE.

O hospital era bastante arejado, com uma câmara de desinfecção, adequado para receber enfermos variolosos. No biênio compreendido entre 1º de julho de 1904 e 30 de junho de 1906, o Hospital de Santa Águeda recebeu, ao todo, 4.668 doentes, sendo que 2.656 saíram curados e 2.075 faleceram. A mortalidade, na época, foi de 43,8%. No começo desse biênio, existiam no Hospital de Santa Agueda 68 doentes de varíola. A tendência era baixar o número de pacientes, quando, em setembro desse mesmo ano, um surto de varíola atinge o Recife, e esse Hospital chega a receber durante o biênio 300 variolosos, como já foi dito acima.

⁷⁶ Santa casa de Misericórdia. **Relatórios (1880-1952)**. APEJE.

Dr. Euzebio Martins Costa, quando investido do cargo de Inspetor de Higiene, chega a dizer no instante de desespero que “a varíola é um hospede que contrahio os nossos hábitos, conhece perfeitamente a nossa índole e jamais poderá extinguir-se”.⁷⁷ O dr Otavio de Freitas concorda com dr Euzébio, menos quanto ao extinguir-se. Para ele uma das causas da insalubridade é a não vacinação obrigatória. Mesmo a cidade do Recife tendo uma lei municipal estatuinte a vacina obrigatória, esta não era cumprida, sendo de fato, facultativa. O governo só exigia o atestado de “boa vaccina” para a matrícula nos estabelecimentos de instrução pública. E a falta da vacinação em massa proporcionou, no período de 1852 a 1903, cerca de 15.000 óbitos por varíola. É um caos sanitário. O colapso do sistema sanitário é tão grande que as moléstias entram na capital pernambucana e ficam como se tivessem encontrado o paraíso bacteriano. Para se ter uma idéia desse colapso, o Comandante Geral da força Militar do Estado de Pernambuco, Coronel Leôncio Luiz Pinto, comunica ao governo do Estado que os seis cavalos do Esquadrão de Cavalaria, ns° 17, 18, 41, 48, 50 e 103, utilizados para o serviço de tração de carros de condução de variolosos, encontram-se inutilizados para o trabalho. Diariamente são utilizados quatro cavalos para o serviço da Higiene, levando doentes de várias partes da cidade para o Hospital de Santa Águeda. Os cavalos são atrelados às seis da manhã e somente regressam ao quartel à noite, ficando privados das rações de sua forragem, o que contribui para a inutilidade dos mesmos. Termina o documento com um apelo:

⁷⁷ Citado pelo sanitarista Otávio de Freitas em seu livro “Os nossos médicos e a nossa medicina”.

“Venho solicitar-vos digneis das vossas ordens no sentido de não ser feito mais o serviço de tração do carro de condução de variolosos, pelos do esquadrão atento não só a motivo já expedido, como de assim continuando, ficar o mesmo Esquadrão desfalcado de modo a não poder manter a força quando assim exigir o serviço público pedindo-vos permissão lembro-vos o alvitre serem adquiridos 6 ou 8 muares que se prestaram com melhor êxito para o serviço da Higiene, como a experiência tem demonstrado”.⁷⁸

O transporte de doentes como um todo só foi resolvido em 1915 quando Gouveia de Barros assumiu o cargo de Diretor de Higiene e manteve a regularidade do serviço de ambulâncias.

O mordomo do Hospital Santa Agueda, Manoel José dos Santos, comunica à Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia a construção de duas enfermarias para variolosos, além das acomodações especiais para os sentenciados vindos da Casa de Detenção. O governador enviou sessenta contos de réis para esse fim.

Durante o ano de 1904 foram removidos da Casa de Detenção do Recife para o hospital de Santa Águeda, 29 variolosos, sendo 24 detentos, 4 aprendizes e 1 praça.⁷⁹ Ao tentar quantificar o número de variolosos durante o ano de 1904 na Casa de Detenção do Recife, verificaram-se vários casos de disenteria, tuberculose, entre outras moléstias. O porquê de essas doenças terem se

⁷⁸ PM .FI.42, 1904. APEJE.

⁷⁹ CDR, V92 a 95. Recife. APEJE.

instalado no presídio é possivelmente explicado, entre outros agravantes, pela insalubridade, má higienização e por uma super lotação. A Casa comportava 385 detentos e tinha 300 presos a mais. Constituía pleito do administrador da CDR, Alexandre dos Santos Silva, ao chefe de polícia do estado, Dr. Manoel dos Santos Moreira, a transferência dos presos *“definitivamente condenados e sujeitos a longas penas”* para o presídio de Fernando de Noronha, no intuito de amenizar os problemas estruturais da CDR.⁸⁰

O mordomo do Hospital de Santa Àgueda também tomou a iniciativa de utilizar uma das cacimbas existentes no sítio, montando uma bomba Colibry para evitar que as dependências do Hospital sofressem com a falta d'água. O fornecimento de água pela Companhia do Beberibe era insuficiente para o abastecimento do Hospital, devido a defeito do encanamento que passava por dentro do cemitério de Santo Amaro.

O Hospital Santa Águeda (foto 5) sofria por não ter um serviço clínico regular, principalmente por ocasião de epidemias. Não havia médicos suficientes para o serviço. E, às vezes, quando o médico de plantão faltava ao expediente, o desequilíbrio estava feito.

⁸⁰ CDR, V94. Recife. APEJE.



Foto 5- Hospital de Santa Agueda. Relatório da Santa Casa de Misericórdia. Biênio 1904 a 1906. APEJE.

3.3 O saneamento da cidade do Recife: dificuldades

Diante do quadro de calamidade, o Governo decidiu melhorar as condições de higiene do Estado, iniciando com o saneamento do Recife. Foram realizadas reformas completas nos esgotos, aperfeiçoamento da remoção de materiais fecais e a fundação de um novo forno de incineração, *pois "a cada ano a quantidade de lixo colhida era maior, chegando, em 1905, a atingir 46 toneladas, assim foi realizado um novo contrato para direcionar a limpeza urbana diária".*⁸¹

Em 1871, a Companhia Recife Draynage, ligada ao trabalho de redes de esgotos, inicia seus serviços na capital pernambucana se instalando no Largo de Cinco Pontas. Aos poucos, foram sendo instalados aparelhos sanitários nas

⁸¹ MEDEIROS, Maria da Glória Dias. **O social no governo de Sigismundo Gonçalves**. 1989. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife: 1989, p.229.

casas e desaparecendo os chamados “tigres”, barris com dejetos humanos. O nome tigre também foi dado aos escravos que tinham a árdua missão – de tigre mesmo! - de jogar esses dejetos à noite nas “marés”.

A princípio, essa companhia viria para auxiliar a vida dos cidadãos e contribuir para o saneamento da urbe. Mas, com o tempo, a Draynage passou a ser um malefício social, prestando um desfavor à população recifense. Isso porque a empresa não acompanhou o ritmo do crescimento demográfico do Recife e não fazia a devida manutenção nos canos. O Dr. Otávio de Freitas não se cansava de denunciar a Recife Draynage como a responsável pela mortalidade na capital pernambucana, principalmente de tifo e disenteria. Dizia ainda que a Draynage além de ter os aparelhos imprestáveis e toda a sua rede distribuidora desorganizada, padecia de falta de recursos, não podendo nem pagar as multas por infrações sanitárias. Comenta Mário Sette: *“as caixas das latrinas eram focos de ratos e de baratas; a canalização estourava, contagiando o sub solo e atingindo veios d’água; as descargas não eram eficientes; a colocação dos aparelhos tornava-se inconveniente e perigosa quando eram próximos às cozinhas, salas de refeições, quarto de dormir”*.⁸²

A Draynage não desempenhava a contento as suas funções. O Dr. Otávio de Freitas, ao condenar os serviços dessa companhia, lembrava que a salubridade da cidade dependia de uma nova rede de esgotos. A bem dos fatos, os arrabaldes que não tinham os esgotos da Draynage ofereciam mais condições de higiene do que a parte central da cidade com o sistema de esgoto dessa companhia. As visitas sanitárias feitas em 1894, 1899 e 1900 pelos comissários de

⁸² SETTE, Mário, op.cit., p.252.

higiene detectaram que raras foram as casas em que o aparelho sanitário funcionava regularmente. Num tom de desabafo e indignação, o dr. Otávio de Freitas informa sobre o sistema de galerias de esgoto das águas:

“Serviço feito com uma morosidade irritante, por partes, por diversos constructores, sem prévio estudo de um plano a adoptar e com ignorancia muitas vezes dos anteriores trabalhos executados, elle não podia terminar senão por esta falta de uniformidade, quer quanto ao declive, quer quanto á forma e o mais que caracterisam as galerias existentes nos seus quinze mil metros de extensão e que tão desastradamente teem contribuído para o seu máo funcionamento”.⁸³

Tendo terminado em 1903 o contrato dessa empresa com o Estado, seus privilégios não foram renovados e, em 1907, o Governo abriu a concorrência no sentido de construir uma nova rede de esgotos. Contudo, a solução do problema só veio ocorrer no governo de Herculano Bandeira, que pôs à frente dos trabalhos na Repartição de Obras Públicas o sanitarista Saturnino de Brito. Em 1915, foi inaugurado o novo sistema de esgotos.

⁸³ FREITAS, Otávio. Op. Cit. P.27.

3.3 Arruaças no Recife de 1904: Os Quebra-Lampiões

Em novembro de 1904, o Recife não se encontrava à parte dos problemas nacionais. Os acontecimentos que levaram o Rio de Janeiro a uma revolta social repercutiram na capital pernambucana em arruaças, quebra-quebra, em três longos dias. Eis o relato pormenorizado do cotidiano dessas arruaças. Isso se fez necessário devido ao fato de nada ter sido registrado pela historiografia brasileira sobre as repercussões da Revolta da Vacina no Recife. É de extrema relevância registrar que a recomposição dos fatos foi retirada dos periódicos da época e, como acontece com as fontes, elas não expressam a verdade, mas extratos, um olhar sobre as coisas. Diz Paul Veyne:

“[...] em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mais sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por tekmeria, por indícios [...] Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo ‘como se você estivesse lá’; retomando a útil distinção de G. Genette, ela é diegesis e não mimesis”.⁸⁴

⁸⁴ VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

O jornal A Província do dia 17 de novembro de 1904, n.258, relata as primeiras manifestações contrárias à lei de regulamentação da vacina obrigatória aqui no Recife. Informa que, depois da inauguração do retrato de Martim Junior⁸⁵ na faculdade de Direito, no dia 15, os alunos saíram incorporados e foram ao Jornal Pequeno, local onde fizeram pronunciamentos entusiásticos, indo dali em numerosa passeata conduzindo retratos de Floriano Peixoto, Julio de Castilho e Lauro Sodré e aclamando ruidosamente nas ruas seus nomes, entre outros.

Depois de vários discursos, já à noite, eis o que o A Província relata:

“De volta ao Jornal Pequeno, já noute, e após inflammada oração do acadêmico Araújo Jorge, exigiram os estudantes e demais pessoas aggregadas ao prestito que a banda de musica da ala esquerda do corpo de policia contractada para tocar no Café Quinze de Novembro, executasse o hymno nacional.

Recusando o mestre da banda, que dizia não ter ordem para fazel-o, houve conflict, etc., etc. e ficaram levemente feridos os musicos Manoel Domingues Feire e Salvador Ludgcro de Siqueira.

No auge do charivari ouvio-se o estampido de 2 tiros, que felizmente a ninguem attingiram”.

⁸⁵ José Izidoro de Martins Júnior nasceu no Recife em 24 de novembro de 1860. Era filho de José Izidoro Martins e Francisca Emilia de Oliveira Martins. Concluiu os estudos em 1883 quando obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Republicano histórico, colaborador da Revista do Norte e do Jornal do Recife e escritor de livros voltados para a área jurídica. Sobre a bibliografia de Martins Júnior ver: Pernambuco Imortal. Personagens, Brasil 500 Anos: A Implantação da República em Pernambuco. Encarte Nº 11, Jornal do Comércio.

No dia seguinte havia uma aglomeração na rua Quinze de Novembro, onde se localizava o Jornal Pequeno. À 1 hora da tarde, na Faculdade de Direito, houve uma reunião de alunos, porém, por ter sido a presença do alunado aquém do esperado, nada foi deliberado. Mais tarde foram distribuídos e afixados boletins convidando as pessoas para um comício, no largo de Saldanha Marinho. Esse comício tem início às 4h15min perante grande massa de populares, estudantes e oficiais do Exército – quanto a essa última categoria, mais tarde o Comando do Exército informou ao jornal que os militares que se encontravam no comício estavam a serviço⁸⁶.

Por volta das 5 horas, termina o comício, formando-se uma passeata que percorre as ruas centrais da cidade: rua da Aurora e a 15 de Novembro. À noite, em vários pontos da cidade, lampiões foram quebrados, vitrines e tabuleiros arrebatados; postes de anúncios arrancados. Por causa das correrias e estragos, o comércio fechou suas portas antes da hora do costume.

Com uma escrita bastante bucólica, o redator do jornal A Província descreve a noite do quebra-lampiões da seguinte maneira: *“Com a falta de iluminação – alguns combustores inutilizados e a lua na folhinha – era tétrico até quase meia noite o aspecto da cidade. A’quella hora, foi se a lua, veio o gaz e a cousa melhorou”*.⁸⁷

⁸⁶ PROVÍNCIA. PERNAMBUCO. Recife, 23 de novembro de 1904. ANNO XXVII, N.º 263.

⁸⁷ A PROVÍNCIA. PERNAMBUCO. Recife Quinta-feira, 17 de Novembro de 1904 ANNO XXVII N.º 258. SUPPLEMENTO AO N.º 258.

A Província' aproveita o momento para questionar o governador do Estado sobre o porquê da ausência de policiais nas ruas, entregues aos instintos dos arruaceiros.

O dia 17 de novembro no Recife foi cheio de conflitos, trazendo sérias consequências. Na estação do telégrafo nacional, na capital pernambucana, teve início a censura. No dia anterior, o novo distúrbio aconteceu após o comício realizado à tarde na sacada do Jornal Pequeno, no qual se fizeram ouvir diversos oradores exaltados que atacavam com veemência a lei de vacinação obrigatória. Ao término do "meeting", a massa de populares dirigiu-se para a rua do Crespo com destino ao quartel general, como tinha sido proposto pelo último orador no comício. Segundo o jornal "A Província" (18/11/1904):

"era extraordinaria a gritaria ao penetrar a turba náquella rua, quando mão desconhecida atirou á passagem tres bombas transvalinaas, produzindo-se, em consequencia do estampido geral debandada".

Finalizado o transtorno, o grupo menos compacto se refaz e passa a agir quebrando veículos da Companhia Ferro Carril, destruindo os combustores de iluminação pública e particular e desatrelando as parelhas de bondes que foram tocadas em disparada em várias direções. Essas arruaças estenderam-se da rua Quinze de Novembro, passando pela Cabugá, Barão da Victoria, Imperatriz e, com menor intensidade, nos bairros de Santo Antonio, S. José e Boa Vista.

No Largo do Paraizo, um numeroso grupo atacou o quartel de polícia a tiros e pedradas. A sentinela bradou às armas, sendo acudida, prontamente, pelos demais praças que responderam com tiros de espingardas contra os sediciosos. Esses fugiram, desaparecendo em todas as direções. Nessa confusão, duas pessoas se feriram, o capitão do corpo de polícia, João Figuerôa, vindo logo depois a falecer; e um praça, com um ferimento leve no pé.

Só depois de uma conferência entre o chefe de polícia e o governador é que, às 8h30min do dia 17 de novembro, saíram às ruas piquetes de cavalaria e infantaria. A ordem veio se estabelecer às 22h, quando o esquadrão policial tomou conta da cidade.

À tarde, ainda do dia 17, por ocasião do embarque de 200 praças dos batalhões aqui lotados; no Arsenal da Marinha, grupos de populares a quem não foi permitida a entrada naquele edifício, *“agglomerou se na Lingueta e ao passar a alvarenga que conduzia as referidas forças praticou desatinos, trocando pauladas, pedradas e tiros – do que resultou sahirem feridos o foguista Torquato Ferreira das Neves, aqui desembarcado do paqueta S. Luiz, Maria de tal, fuão cardoso e outros”*.

Em meio aos tumultos que se davam no Recife, merece que se dediquem algumas linhas nesse trabalho a um caso pitoresco. O Jornal do Recife de novembro de 1904 noticia que quatro mulheres trajadas de roupas masculinas saíram às ruas da capital pernambucana para participar das arruaças na cidade. A “Província” comunica em nota aos seus leitores que na rua de São Francisco foram presas por uma patrulha de polícia quatro mulheres que promoviam desordens vestidas de homem. Noticiou ainda que elas seriam interrogadas no

sábado (19/11/1904). O jornal Pequeno identifica os nomes das mulheres e em seguida comenta: *“vestidas de homem e embriagadas foram quebrar a iluminação da cidade, sendo presas e recolhidas na Casa de Detenção. Uma delas conseguiu fugir”*.

Somente com o depoimento das “infratoras” é que o caso se esclarece. O Jornal do Recife do domingo 20 de novembro transcreve para o periódico o depoimento completo das mulheres “arruaceiras”.

A primeira interrogada foi Ursulina Maria da Conceição. Esta disse no seu depoimento que, tendo receio de sair com suas vestes por causa das arruaças, combinou com sua camarada Anna Maria da Conceição para trajarem-se de homem e irem à casa de Luizinha para assustá-la e também visitá-la. Interrogada como tinha conseguido arranjar as roupas masculinas, a depoente respondeu que a sua roupa era de Francisco da Silva, empregado na charutaria da rua das Trincadeiras e a de Naná (alcunha de Anna) era a calça de Pedro Ferreira, empregado na oficina de ferreiros de Antonio de Tal, à rua Estreita do Rosário, e o paletó de José, amante de Sebastiana. Estes homens ficaram na casa da depoente esperando pela sua volta e de Naná. Conta ainda que elas foram encontrar Amélia Cara de Pau, que também se vestiu de homem, e foram para casa de Luizinha. Informa também que, ao bater à porta de Luizinha, foram presas pelo Tenente José de Lemos, fugindo Philomena de Tal, residente à rua das Flores e que tinha passado o dia com a depoente e Naná.

Em seguida veio o depoimento de Amélia Ferreira de Britto, a Cara de Pau. Ela conta que Luizinha, residente à rua das Trincadeiras Nº 89, sofrera um ferimento na ocasião do embarque dos praças do Exército, na Lingueta e

querendo fazer uma visita à sua camarada, mas com medo de sair às ruas por causa dos “barulhos”, ela e Idalina são convidadas por Naná e Ursulina para trajarem-se de homem e irem à casa de Luizinha. Alegou a depoente que aceitou o convite por ser esse um bom meio de passar pelos arruaceiros sem que nada sofresse. Perguntado como tinha conseguido as roupas de homem, informou que se trajou com as vestes de seu irmão Joaquim Maia da Silva, que estava em casa dormindo na ocasião do fato, e que Idalina apresentou-se com igual veste sem dizer para ela como tinha conseguido a roupa. Depois saíram com suas duas vizinhas e Philomena. Relata ainda que, ao bater à porta da casa de Luizinha, foram presas pelo Tenente José de Lemos, tendo Philomena fugido.

Anna Maria, a Nana, disse no seu depoimento que, sabendo ter Luizinha sofrido um ferimento no desembarque dos praças do Exército na Lingueta, resolveu ir vê-la e convidou Ursulina para ir com ela. Tendo receio dos barulhos que se davam nas ruas, resolveu trajar-se de homem. José de Tal, amante de Sebastiana e empregado numa casa de negócio à rua da cadeia, emprestou suas roupas para ela e ficou em sua casa com Sebastiana. Quando bateu à casa de Luizinha, foram surpreendidas pelo Tenente Lemos, que as prendeu.

Por fim, o depoimento de Idalina, que, vendo suas companheiras vestidas de homem para irem à casa de Luizinha, vestiu uma calça velha do irmão de Amélia, Joaquim Maia da Silva, que se encontrava dormindo na ocasião, e que Philomena, tendo passado o dia na casa de Ursulina, usara iguais trajes e as acompanhou. Quando chegaram à casa de Luizinha, foram surpreendidas pelo Tenente Lemos, sendo presas, menos Philomena que conseguiu fugir.

Depois desses depoimentos transcritos pelo Jornal do Recife, não se sabe o que ocorreu com essas mulheres. Provavelmente foram soltas por falta de provas que as ligassem às arruaças, atestando para tal os depoimentos dados a favor das mesmas, por não existirem grandes contradições.

Ademais, o diferencial que chamava atenção e que mereceu notas nos principais jornais do Recife era o fato de terem usado roupas masculinas e saírem em pleno início de século XX às ruas, em momento de tensão social, sendo associadas às desordens. Após os depoimentos que foram divulgados e a possível certeza de não se tratar de arruaceiras, o objeto de notícia deixou de existir, assim como a importância do caso. De qualquer forma, ainda valeu uma boa charge no Jornal Pequeno. Nessa charge, há um diálogo que inicia assim: “Que horror d. Angelicza!... Estamos n’uma republica de quebra-lâmpioes... E mulheres vestidas de homens a apedrejarem a iluminação da cidade!... Onde se viu disto?”

De volta às arruaças na capital pernambucana. As manifestações contra a vacinação obrigatória, no Recife, tiveram a participação de estudantes de Direito e Engenharia, como os citados pelo jornal Pequeno: Araujo Jorge, Isaac Cerquinho, Godofredo Tavares, Medeiros Junior, Fellipe Moncourt, Renato Phaelante, Caetano galhardo e Benjamin Lins.

Alguns jornais da época discorrem sobre a participação dos acadêmicos nas arruaças que deixaram o centro do Recife de ponta cabeça. Para o Jornal Pequeno, é uma atitude de “torpeza sem qualificação” responsabilizar aos estudantes pelo quebra-quebra ocorrido na capital pernambucana. Quem responsabilizou? O jornal não explicita. O Jornal do Recife atribui esses distúrbios

a alguns arruaceiros que se aproveitaram do ensejo para praticar a desordem no centro da cidade do Recife, contra a vontade dos líderes do movimento da vacina obrigatória. Já o Jornal A Província afirma: “*A mocidade de nossas escolas salientou-se nessas demonstrações que não passaram de applausos aos discursos mais ou menos vibrantes, enaltecendo a lei bárbara e cruel da vaccina obrigatória*”⁸⁸. O Jornal de Pernambuco faz um apelo aos jovens estudantes em “nome da tranqüilidade da família pernambucana” que nos comícios contra a vacinação obrigatória peça aos “amotinadores” o restabelecimento da ordem na cidade.⁸⁹

Algumas reflexões são cabíveis neste contexto estudado. A primeira é pensar o termo multidão como categoria. Gustave Le Bon ao escrever “*La Psychologie des Foules*”, em 1895, diferencia as multidões como sendo homogêneas, isto é, estruturadas, como as classes, as seitas, as assembléias deliberativas; e heterogêneas, as marcadamente anônimas das ruas, fluidas, desorganizadas e inclassificáveis. Comenta Dominique Cochart:⁹⁰

“As definições das multidões apanham sobretudo os contornos negativos de entidades humanas bem delimitadas das quais se diferenciam; à primeira vista, a categoria “multidão” é fluida, sendo sobretudo aquilo que as outras categorias não são; porém, em outro

⁸⁸ A PROVÍNCIA. Sabbado, 19 de novembro de 1904. Um protesto.

⁸⁹ Durante a confecção da dissertação, partes dos arquivos da Casa de Detenção do Recife foram interditados juntamente com o arquivo DOPS, impossibilitando um estudo mais aguçado sobre os participantes das arruaças.

⁹⁰ COCHART, Dominique. **As multidões e a comuna**: análise dos primeiros escritos sobre Psicologia das multidões. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 10, n.20, 1990, p.122. Este artigo apareceu originalmente na revista Recherches de Psychologie Social, 1982.

registro, as multidões homogêneas são designadas por termos morfológicos de agrupamentos de natureza diferente, ao passo que as multidões heterogêneas são definidas pela enumeração de seus componentes, por suas ações, o que faz que constituam uma unidade somente por seus efeitos perniciosos”.

O problema que se atribui à multidão é a ausência de razão, constituindo um perigo social. A desrazão leva ao caminho do instintivo e animalesco, tornando a multidão apta a ações imprevisíveis e incompreensíveis. É consenso entre teóricos da multidão, como Le Bon, Tarde e Sighele, qualificar as multidões como “[...] uma parte malsã ou pervertida do povo; a multidão é o lado animal, primitivo, instintivo, regressivo da humanidade”.⁹¹

As arruaças que ocorreram no Recife, os quebra-lâmpioes, não fazem parte, ao meu ver, das deliberações estudantis de apoio a um ideal de república que abraçavam, mas possivelmente representava insatisfações ocultas, sejam de ordem interna do ser, à exclusão social. É difícil estabelecer um nexo para as atitudes tomadas em excesso por esses agrupamentos insanos. Em meio ao caos sempre surge uma liderança que insufla o inconsciente coletivo. Também vale salientar aqui a idéia do caráter sedicioso por parte de alguns jornais recifenses que serviram como germe de conflitos. Ademais, se o movimento no Rio tivesse vingado, o Recife, como outras capitais brasileiras, estaria apta a apoiar o novo governo, sob o estandarte da República Benjaminiana.

⁹¹ COCHART, Dominique. Op. Cit., p.123.

A partir do que os jornais da época escreviam sobre o termo “arruaça”, o presente estudo permite uma possível compreensão do seu significado. O termo aparece como: “[...] *grupos mais ou menos numerosos de desocupados e mashorqueiros, sempre dispostos a tomar parte em quanto motim se levanta nesta cidade, seja qual for a sua causa ou o seu intuito*”; assoada; atos canibalescos; desordem; grupo de exaltados; turbulentos; malfeitores; troço de amotinados; horda de perversos; ajuntamentos; perturbadores da ordem; malta de desordeiros⁹². No “Diccionario Prático Ilustrado”, de Jayme de Séguier, de 1928, a palavra arruaça surge como motim nas ruas. Caldas Aulete, em “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, de 1958, traz o termo “arruaça” como ruaça, motim de arruadores. Já Laudelino Freire, em “Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa”, de 1954, “arruaça” é vista como desordem nas ruas, alvorôto e tumulto popular. Por fim, Francisco Fernandes, em “Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua portuguesa”, de 1946, traz o termo “arruaça” como sinônimo de motim, alvorôto, tumulto e assuada. Em várias épocas diferentes em que os dicionários foram escritos não se vê alteração no significado do termo arruaça. Dentro da teoria das multidões, o termo arruaça constitui uma ação caracterizada do que seriam as multidões heterogêneas dos trópicos brasilis.

3.4 O outro lado das arruaças: a idéia de República como possibilidades

Sobre a repercussão da obrigatoriedade da vacina antivariólica no Recife, Sevcenko diz: “a agitação da imprensa favorável à revolta provocou algumas

⁹² Jornais pesquisados: Pequeno, do Recife, Diário de Pernambuco e Província.

paradeatas inócuas pela cidade”.⁹³ Os estudos mostram ao contrário: as paradeatas causaram danos a companhia de gás e iluminação pública, ao comércio em geral e principalmente a sociedade recifense que ficou acuada em suas casas esperando findar o motim. Contudo a preocupação não está em saber se as arruaças foram inócuas ou não. Mas que modelo de república sobreviveria aos novos tempos. José Murilo de Carvalho enfatiza:

“Havia, assim, pelo menos três modelos de república à disposição dos republicanos brasileiros. Dois deles, o americano e positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. O terceiro colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização”.⁹⁴

Que modelo de república a juventude da Faculdade de Direito do Recife apregoava naqueles dias de tumulto? Ao gritar os nomes de Lauro Sodré e Barbosa Lima, já adotavam uma idéia de república. Lauro Sodré, ex-militar, senador pelo Distrito Federal, positivista jacobino e maçom, alertava para a feição arbitrária da lei de vacinação obrigatória e gritava seus ideais baseados no positivismo comtista da liberdade de consciência. O Deputado Barbosa Lima, também ex-militar e positivista, não perde tempo em mostrar através de suas

⁹³ SEVCENKO. SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Ed. Scipione, 1999, p.34.

⁹⁴CARVALHO. José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.22.

qualidades de orador o lado ignominioso da lei de vacinação baseada na moral da sociedade. Ambos com idéias conservadoras pensadas por Comte (*Appel aux conservateurs*/1855). As idéias conservadoras inspiravam tanto positivistas ortodoxos como heterodoxos. Esclarece José Murilo: *“Era conservador, na visão de Comte, aquele que conseguia conciliar o progresso trazido pela revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade”*.⁹⁵ São os “positivistas oportunistas” que diante da Revolta da Vacina aproveitam o “momento sociológico adequado” para agirem.

O entusiasmo do Jornal Pequeno com os últimos acontecimentos vindos dos conflitos no Rio de Janeiro se fazia visível. Na charge - página seguinte -, a República, representada na alegoria de mulher, vem tocando trombeta acompanhada pela presença marcante do catequista da República sociocrática, Benjamin Constant. Esse imortalizado como o doutrinador, o mestre, o portador de um projeto para o Brasil, ressurgiu do mundo dos mortos, para nortear os brasileiros ao seu destino histórico, à plenitude da humanidade. O Jornal Pequeno logo se apressa em associar a figura de Benjamin a Lauro Sodré, o sucessor nato do mito republicano e que possivelmente conduzirá o país à fase mais avançada do positivismo, à humanidade. Observa-se nesse jornal a estética positivista. Isso significa que *“a imaginação artística deve ter por inspiração o sentimento, por base a razão, e por fim a ação”*.

⁹⁵ CARVALHO. Idem, op.cit, p.21.



Em Pernambuco, porém, o positivismo era bastante atuante, revelando-se ortodoxo. Luciano Godofredo de Souza Pinto, membro da Igreja Positivista do Brasil, faz um apelo ao povo pernambucano para esperar com calma os resultados da insurreição que ocorria no Rio de Janeiro, devido à obrigatoriedade da vacina. Eis um trecho:

“O abaixo assignado, baseado nos ensinamentos do Fundador da Religião da Humanidade, e coherente com a attitude assumida pelo Apostolado Positivista do Brazil, em face dos deploraveis acontecimentos desenrolados nestes últimos dias na Capital da Republica, vem, por si e, como representante do grupo positivista do Recife, aconselhar e pedir ao povo pernambucano que renuncie

completamente a quaesquer manifestações tendentes à perturbações da ordem e tranqüilidade publicas, que não se entregue ás violentas expansões de que já teem resultado occurrencias lamentáveis, e que nenhuma razão teem para justifica-las”.⁹⁶

Chamando o povo pernambucano de “generoso”, Luciano Godofredo conclama essa gente letrada a seguir as “lições de verdadeiro civismo”, inspiradas em Floriano Peixoto, “o conciliador da república”. O civismo, para esse membro da Igreja Positivista do Brasil, está ligado à “prudência e à serenidade” diante da insurreição carioca. Não se mostra alheio aos acontecimentos do país. Critica o governo pela situação política em que vive a Pátria, mas como um possível visionário da História, que pensa ter o controle dos acontecimentos, afirma ser a República brasileira consequência da “evolução histórica” e nada poderá mudar isso, nem mesmo os “desmandos que a anarchia moderna permittir aos que occupam os cargos do governo”. Ou seja, em nome da ordem, os ortodoxos tentam brecar os sediciosos. Mas sem abrir mão do ideal positivo de República. Eis o que diz:

“Nós os positivistas estamos convencidos de que as dificuldades que assoberbão a nossa Pátria, como o Occidente inteiro, só poderão ser definitivamente eliminado pela Victoria de uma Doutrina Regeneradora das Opiniões e dos costumes. E é por isso que permanecemos sempre alheios as competições partidarias,

⁹⁶ Jornal Pequeno do dia 18 de novembro de 1904, n.259.

continuando firmes na nossa missão de Ordem e de Progresso, tão solícitos em reprovar toda e qualquer tentativa perturbadora da primeira, como ardentes em animar todos os esforços que tendão verdadeiramente a garantir o segundo”.

Como não bastasse o apelo feito ao “povo pernambucano”, recorre aos mitos republicanos, tendo como certa a vitória da doutrina positivista. Diz Luciano Godofredo:

“E, sem esquecer a gravidade da crise que atravessamos, tenhamos, todavia, a certeza de que a hora de regeneração soara, e então a nossa patria terá, honrado o seu glorioso passado, fazendo-o reviver nos tipos de Estatua civica dos Tiradentes, dos José Bonifacio, dos Benjamin Constat, dos Floriano, dos Frei Caneca, dos Fellipe Camarão e dos Henrique Dias.

Tal é ao apello que julgamos de nosso dever fazer aos nossos conterraneos”.

Os positivistas ortodoxos eram grandes manipuladores de símbolos da República. Viam no Brasil a possibilidade da vitória da doutrina comtiana. Por isso abusavam da palavra escrita e falada, bem como das imagens e dos rituais que atingia as mulheres e proletários menos letrados. A Doutrina positivista no Brasil fez dos seus membros apóstolos convictos da necessidade de apressar a marcha da história e transformar a pátria brasileira em uma nação “Regeneradora das Opiniões e dos Costumes”:

“Daí a luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos. Daí sua luta pelos monumentos, pelo mito de Tiradentes, pela bandeira republicana, pela figura feminina. Sua ação lembrava a de todos os revolucionários modernos, desde David* até o realismo socialista”.⁹⁷

É atribuído a Miguel de Lemos e Teixeira Mendes a chefia da ortodoxia positivista no Brasil. De acordo com José Murilo de Carvalho, o movimento positivista no país era dirigido de forma precisa. A idéia que norteava o movimento era atingir a fase final positiva através de uma vanguarda política orgânica e disciplinada que fatalmente forçaria a marcha da história rumo à humanidade altruísta. Com esse propósito, em 04 de agosto de 1904, a Igreja e Apostolado positivista do Brasil lança um panfleto intitulado ‘A propósito da reação popular contra a vacinação obrigatória’, onde rebate os ataques anônimos que alguns diários da capital federal fazem aos positivistas. O panfleto é assinado por Teixeira Mendes, vice-diretor do apostolado positivo do Brasil, que inicia a explanação com um trecho de Auguste Comte, ‘Appelo aos Conservadores’:

“Todas as dignas aspirações á liberdade tendem a sahir do estado puramente revolucionario, dispondo a separar os dons poderes, cuja confusão caracteriza a anarchia moderna. Pelo contrario, desde que a igualdade não póde mais confundir-se com a fraternidade, a

⁹⁷ CARVALHO. Op. Cit., p.140.

* David – Pintor, revolucionário e teórico da arte, membro da Convenção (1792) e participante da Comissão de Educação Pública e de Belas-Artes.

persistência a nivelar indica sempre uma inferioridade, de coração e espírito, que torna incapaz de secundar a regeneração ocidental”.

Para os sociocratas, mudanças rumo ao progresso sim, mas sem conflitos de classes. Isso era o ideal dos jacobinos brasileiros, mas não dos positivistas.

Dizia Teixeira Mendes que o despotismo sanitário e em especial a tirania vacínica constituía uma *“santissima reacção”*, perante os fundamentos da moral e da razão. O governo brasileiro extraviava-se das *“nobres aspirações populares”*, conseqüentemente dos ensinamentos do Regenerador, fazendo-se distantes do altruísmo e da razão. A classe médica em comum acordo com o poder temporal tornava-se *“árbitro supremo da existência humana”*. As medidas tirânicas do Governo fizeram desfechar um golpe às “preciosas conquistas Moraes e políticas da Humanidade”. A vitória do regulamento de higiene, estigmatizado como Código de torturas, foi recepcionado pelo meio popular com uma reacção aos “novos inquisidores”. A argumentação do apóstolo da Humanidade é a de que a indignação não é com a vacinação, mas com a obrigatoriedade imposta à mesma. Seguindo à risca os ensinamentos positivistas, conclui Teixeira Mendes:

“o attentado contra a vida, a liberdade, a dignidade dos cidadãos, e contra os mais vitais interesses da Família, da Pátria, e da Humanidade, era tão clamoroso, que a reacção popular foi crescendo e se exacerbando á medida que se accentuava o proposito do Governo ao lavrar o horrivel decreto”.

Insiste em afirmar os ensinamentos de Comte para o público. Há uma necessidade veemente de mostrar para a população brasileira, que os positivistas não são “*nem sediciosos nem servis*”. De forma impactante termina o panfleto reafirmando o ideal sociocrata em que o movimento no Brasil está atrelado:

“Viver para outrem é viver para a Família, a Pátria, e a Humanidade, sacrificando-se por ellas se preciso for, como já o fizeram todos os nossos dignos aantepassados. Nessa legião de redivivos não ha lugar para os tyrannos e seus asceclas.

É na contemplação do Passado e da Posteridade que haurimos a consciência inabalavel de estar cumprindo o nosso dever neste angustioso momento”.

CONCLUSÃO

De imediato, saliento o caráter provisório das possíveis considerações finais desta dissertação.

A aversão da população carioca e recifense à vacinação obrigatória foi historicamente constituída, ao longo dos anos, pela falta de clareza dos pesquisadores quanto à eficácia da imunização que a vacina poderia trazer e pela a diversidade de práticas executadas no Brasil: a concomitância da utilização da vacinação humanizada, animal e variolização. A falta de consenso quanto à utilização da vacina que seria mais eficaz no combate a varíola leva o “povo” a distorções. Faltava ao poder público uma política sanitária capaz de uniformizar as práticas de vacinação e uma política educativa que alertasse a população quanto ao perigo da varíola, mostrando a necessidade da prevenção e do combate à doença.

Compreendo também que a imprensa recifense, diante dos acontecimentos da capital brasileira, “A Revolta da Vacina”, contribuiu para as agitações no Recife, insuflando alguns setores a lutarem contra a obrigatoriedade da vacina.

Saliento ainda que, por detrás das arruaças, existiam descontentamentos com a política de exclusão social adotada pelo poder público local com relação às reformas urbanas no centro do Recife. Além disso, o que estava em jogo, naquele momento histórico, era saber qual o modelo de república sobreviveria aos novos tempos, se a república que ali estava considerada por muitos como desviada de seus princípios ou a república histórica e ideal preconizada em cima de valores positivistas de ordem e progresso.

FONTES

I-IMPRESSOS

A PROVÍNCIA. Recife, 1904, ano XXVII.

JORNAL DO RECIFE. Recife, 1904.

JORNAL PEQUENO. Recife, 1904.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1904.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO. Relatório: Santa Casa de Misericórdia Biênio 1902-1904, Recife, 1904.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO. Relatório: Santa Casa de Misericórdia Biênio 1904-1906, Recife, 1906.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO. Relatório: Santa Casa de Misericórdia Biênio 1906-1908, Recife, 1908.

PEREIRA. Cosme de Sá. Apontamentos sobre a vida e os trabalhos de Pasteur. Pernambuco: Typographia do jornal do Recife, 1899.

II-MANUSCRITOS

Vacinadores de Pernambuco (1857-1863), 01. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano. (APEJE).

Saúde Pública, 01. 1904. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano. (APEJE).

Polícia Militar. 1904. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano. (APEJE).

Casa de Detenção do Recife. 1904. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano (APEJE).

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, v.1570. 1904. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano. (APEJE).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Gilberto Osório, DUARTE Estácio. **Morão, Rosa e Pimenta**: Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil. Arquivo Público Estadual, Pernambuco, 1956.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**, v.1. Rio de Janeiro: Editôra Delta S.A., 1958.

BENCHIMOL, Jaime. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro**. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**: O Brasil republicano, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil**: a época republicana, v.3. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia, 14. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia, 14. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de Fazer, v.1. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COCHART, Dominique. **As multidões e a comuna**: análise dos primeiros escritos sobre Psicologia das multidões. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 10, n.20, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**, 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CZERESNIA, Dina. **Do contágio à transmissão**: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

DINIZ, Luiz Carlos. **A história do hospital de Santa Águeda**. Recife: Hospital Osvaldo Cruz, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**, 18. ed. Rio de Janeiro: Gracil, 1999.

FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias**. São Paulo: Ediouro, 2003.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de sinônimos e antônimos da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Edição da Livraria do Globo, 1946.

FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina antivariólica**: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

_____. **'Imunização antivariólica no século XIX no Brasil:** inoculação, variolização, vacina e revacinação. HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE. Rio de Janeiro: MANGUINHOS, v.10 (suplemento 2), 2003.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa**, 2.ed. v.1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

FREITAS, Octavio. **Os Nossos Médicos e a Nossa Medicina**. Recife, 1904.

_____. **Os trabalhos de hygiene em Pernambuco:** Relatório Apresentado ao secretario geral do Estado. Recife: Imprensa Official, 1919.

FRIEDMAN, Meyer, FRIEDLAND, Gerald W. **As dez maiores descobertas da medicina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LANGGAARD, Theodoro J. H. **Diccionario de medicina Domestica e Popular**, t.3. 2.ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1872.

MEDEIROS, Maria da Glória Dias. **O social no governo de Sigismundo Gonçalves**. 1989. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife: 1989.

MEIHY, José C. Sebe e BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Revolta da Vacina**. São Paulo: Ed. Ática, 1995. (Coleção Guerras e revoluções brasileiras).

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **O caso da capital federal e do bairro do Recife no início do século XX**. In: CLIO. Revista de Pesquisa Histórica, n.20, Recife: Ed. Universitária, 2004.

_____. **Os curandeiros e a ofensiva médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX.** In: CLIO. Revista de Pesquisa História, n.19, Recife: Ed. Universitária, 2001.

_____. **A arte de curar nos tempos da colônia:** limites e espaços da cura. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

NEEDELL, Jeffrey D. **"The revolta contra vacina of 1904:** the revolt against 'modernization' in belle époque Rio de Janeiro". In Hispanic American Historical Review, vol67, nº2, maio de 1987, pp.233-69.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez/Campinas, 1988.

PAMPLONA, Marco Antonio Villela. **Revoltas, repúblicas e cidadania.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMINELLI, Ronald. **História Urbana.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia, 14. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos modernos:** histórias da cidade do Recife na década de vinte. 1992. Tese (Doutorado). Departamento de História. Programa em Pós-Graduação de História. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo: 1992.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos:** a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1997.

ROCHA, Leduar de Assis. **História da Medicina em Pernambuco:** século XIX. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, Unesp, Abrasco, 1994.

SARTWELL, Philip E, Maxcy-Rosenau. **Medicina Preventiva e Saúde Pública**. v.1. Lisboa: Fundação Calouste GulbenKian, 1965.

SÉGUIER, Jayme de. **Diccionario práctico ilustrado do novo diccionario encyclopédico luso-brasileiro**. 2.ed. Revista. Rio de Janeiro: Porto Livraria Chardon. Lello & Irmão, Ltda, Editores, 1928.

SETTE, Mário. **Arruar: história pitoresca do recife antigo**. 3.ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, v. XII).

SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso**. In: NOVAIS, Fernando A. (organizador-geral da coleção), SEVCENKO, Nicolau, (organizador do volume). *História da vida privada no Brasil* v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Ed. Scipione, 1999.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SINGER, Paul. **Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1988.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1991.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século**. 1994. Dissertação (Mestrado). Centro de

Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife: 1994.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIANNA, Arthur. **As epidemias no Pará.** Para: Universidade Federal do Pará, 1975. (Coleção Amazônica – série Camilo Salgado).

INTERNET

FERREIRA, Pablo. Varíola. Disponível em <<http://www.fiocruz.br/ecs/glossário/varíola.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2004.

PLOTKIN, Stanley A. Varíola. Disponível em <http://www.avestipasteur.com.br/doencas_template.php3?pagina=varíola>. Acesso em: 14/06/2004.

REIS, Carlos Eduardo Reis. A história da primeira vacina e a erradicação da varíola. Disponível em <<http://medstudents.com.br/historia/jenner/jenner.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2004.

RESENDE, Joffre M. de. Varíola: uma doença extinta. Disponível em <<http://jmr.medstudents.com.br/varíola.htm>>. Acesso em: 14/06/2004.